



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – CEUB  
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

ELISA DE PENNAFORT RABELO  
TATIANA FREITAS LEITÃO LIMA

“POR QUE ELAS VOLTAM?”

UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE VIVÊNCIAS E AFETOS DE PESSOAS EM SITUAÇÃO  
DE RISCO, EMERGÊNCIAS E DESASTRES.

BRASÍLIA  
2022



ELISA DE PENNAFORT RABELO

TATIANA FREITAS LEITÃO LIMA

“POR QUE ELAS VOLTAM?”

UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE VIVÊNCIAS E AFETOS DE PESSOAS EM SITUAÇÃO  
DE RISCO, EMERGÊNCIAS E DESASTRES.

Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica apresentado à Assessoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

Orientação: Me. Leonardo Cavalcante de Araújo Mello

**BRASÍLIA**

**2022**

*“Enquanto morar for privilégio, ocupar é um direito”*

*“Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem”- Rosa Luxemburgo*

## RESUMO

Sabe-se que o Distrito Federal é uma área privilegiada em termos de riscos ambientais, porém, os conflitos de regulamentação fundiária, seja em função de obras de infraestrutura e urbanização, seja em defesa do direito à propriedade, protagonizam o cenário de emergências e desastres para a população vulnerável. A pesquisa em questão visa compreender os sentidos produzidos por pessoas em situações de risco social e ambiental, emergências e desastres (sociais e ambientais) na cidade de Brasília/DF. Foram investigados aspectos subjetivos (afetos, sentidos, concepções) de pessoas que passaram ou passam por contextos de abrigamentos e desabrigamentos em contextos de risco, que passaram por remoções de territórios em função de um conjunto complexo de fatores e os processos que fazem essas pessoas, em muitas situações, retornarem para a área originalmente pautada como arriscada. Para isso utilizou-se como base teórica a Psicologia Ambiental e a Psicologia de Emergências e Desastres. Foram entrevistadas duas mulheres ocupantes que passaram por situação de despejo, utilizando como método a cartografia e a observação participante, tanto com elas quanto com uma comunidade do Sol Nascente em situação semelhante. Identificou-se que as alternativas propostas pelo Estado são vistas de forma negativa pelo público uma vez que não atendem suas necessidades, sendo muitas vezes sinônimo de conflitos e violência, o que acaba influenciando o percurso de voltar para a situação de risco da qual saíram, para, também, pressionar o Estado por respostas melhores e reivindicar por seus direitos. Além disso, foram identificadas questões micropolíticas relacionadas ao vínculo ao lugar e identidade cultural, social e pessoal, que também parecem mantê-las ali e que ainda são desconsideradas pelas políticas públicas oferecidas. Estas devem considerar a construção de um lugar que preserve, minimamente, um apego aos mosaicos e fragmentos que constituem essas pessoas, as histórias do lugar, as imagens, os objetos. O que seria praticamente impossível em lugares transitórios como abrigos.

**Palavras-chave:** Ocupações; Despejo; Emergência e Desastre; Lugar; Vínculo.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>6</b>
2.1 Vínculo e Afeto ao lugar	6
2.2 O contexto de Emergência e Desastres no Brasil	10
2.3 A Psicologia de Emergência e Desastres	14
<b>3. MÉTODO</b>	<b>17</b>
3.1 Sujeitos e locais de pesquisa	18
3.2 Instrumentos	19
3.3 Procedimentos	19
3.4 Análise das informações construídas	21
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>23</b>
4.1 Cartografia	23
4.1.1 A primeira rota	23
4.1.2 Decisões iniciais	26
4.1.3 Primeiro encontro com Andreia	28
4.1.4 A entrevista	30
4.1.5 Um pouco do Sol Nascente	31
4.2. Amarrações prática-teórica	33
4.2.1 O contexto de ocupações na luta por direitos	33
4.2.2 Como falar de vínculo e afeto ao lugar sem lugar para morar?	44
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>53</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>57</b>
Apêndice 1	57
Apêndice 2	59

## 1. INTRODUÇÃO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, existiam cerca de 8, 2 milhões de pessoas morando em áreas sujeitas a risco de desastres naturais. Partindo da definição determinada pela Defesa Civil, compreende-se que o desastre é “resultado de eventos adversos, naturais, tecnológicos ou de origem antrópica, sobre um cenário vulnerável exposto à ameaça, causando danos humanos, materiais e consequentes prejuízos econômicos e sociais.”. Dessa forma pode-se pressupor que o número de pessoas em situações de risco de emergência, é ainda maior, abrangendo também contextos além dos gerados por causas naturais.

A temática de emergências e desastres tende a desencadear em nosso subjetivo a ligação com catástrofes ambientais, porém essa área de estudo é bem mais complexa. Questões ligadas à regulamentação fundiária, epidemias, colapsos econômicos, entre outros também caracterizam possíveis desastres. Quando se fala em Distrito Federal, sabe-se que é uma área privilegiada com relação a riscos ambientais, uma vez que se localiza no planalto central. Porém, as áreas de proteção ambiental, os conflitos de regulamentação fundiária, seja em função de obras de infraestrutura e urbanização, seja em defesa do direito à propriedade, protagonizam o cenário de emergências e desastres para a população vulnerável.

A ciência da Psicologia conta com uma área específica para pensar esse contexto, denominada de Psicologia das Emergências e Desastres, apesar de ainda recente, é um campo do conhecimento em constante crescimento na América Latina. Ademais, é impensável discutir o indivíduo e sua relação com o lugar, seja ele sujeito a risco a ou não, sem considerar seus afetos, vínculos e significações a respeito do local que vivem. O campo da Psicologia Ambiental compreende que o ser humano se vincula ao lugar, tendo este, muitas vezes, como parte de sua identidade, portanto, essa área será amplamente discutida nesse artigo.

A pesquisa em questão visa compreender os sentidos produzidos por pessoas em situações de risco emergências e desastres, seja social e/ou ambiental, na cidade de Brasília/DF. Foram investigados aspectos subjetivos (afetos, sentidos, concepções), de indivíduos que passaram por remoções de territórios em função de um conjunto

complexo de fatores, além dos processos que fazem essas pessoas, em muitas situações, retornarem para a área originalmente pautada como arriscada. A pesquisa em questão apresenta objetivos específicos que implicam em caracterizar vivências de risco social relacionados à moradia ou falta de moradia; compreender os sentidos e afetos atribuídos à vivência de riscos relacionados ao contexto da moradia. Além de compreender os sentidos e afetos atribuídos às políticas oferecidas pelo Estado, como alternativa a moradias de situações de risco.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Vínculo e Afeto ao lugar**

O ser humano é antes de tudo um ser relacional, desenvolve relações não só com outras pessoas, mas também com animais, objetos e até espaços físicos. Entre as diversas áreas de estudo da psicologia uma se debruça especificamente sobre o estudo da relação pessoa-ambiente e suas diversas implicações, esse campo do conhecimento é denominado de Psicologia Ambiental.

A Psicologia Ambiental é uma disciplina mais jovem do que a própria Psicologia brasileira, tendo os primeiros livros destinados a área publicados na década de 70, nos Estados Unidos, conceituando-a como uma disciplina destinada ao estudo dos sujeitos em seu contexto, com enfoque nas inter-relações entre a pessoa e o meio ambiente físico e social, compreendendo-as como recíprocas, ou seja, da mesma forma que o sujeito produz avaliações acerca do ambiente em que está inserido, o ambiente físico particular também produz efeitos sobre as condutas humanas. Dessa forma, como psicólogos, apesar dos sujeitos serem colocados como centro da nossa preocupação, a especificidade da Psicologia Ambiental é fazer uma análise de como o indivíduo avalia e percebe o ambiente e, ao mesmo tempo, a influência que este tem sobre o indivíduo (MOSER, 1998).

Ainda Segundo Moser (1998), no Brasil, a definição dos campos da Psicologia Ambiental é diferente, levando em consideração que a atuação dos psicólogos ambientais brasileiros geralmente é voltada para a Psicologia Comunitária, a qual busca reunir as pessoas da comunidade em prol do enfrentamento e resolução de problemas, em um processo de pesquisa-ação, incongruente com os meios de atuação da Psicologia Ambiental (PA), que tradicionalmente concentra suas bases epistemológicas no positivismo. O objetivo, neste caso, consiste em conhecer a realidade social, encontrando padrões, não com a intenção de transformá-la radicalmente, mas sim para permitir a reprodução, com aperfeiçoamentos, de uma forma de sociabilidade tida como funcional (FARIAS, 2017).

Realmente, definir PA é reconhecidamente uma tarefa difícil, já que sua origem se deu, segundo Bonnes e Secchiaroli (1995, apud PINHEIRO, 2003), partir de dois grandes blocos formadores: um externo à Psicologia, referente à influência da Arquitetura e Planejamento Ambiental, Geografia e Ciências Bio/Ecológicas; e outro interno, que consiste nas contribuições da Psicologia da Percepção e da Psicologia Social sobre a compreensão dos processos psicológicos presentes no inter-relacionamento das pessoas com o ambiente. No entanto, alguns de seus fundamentos teóricos lhe asseguram caráter distintivo, como é o caso da percepção ambiental, na qual, ao contrário de como acontece na percepção de objetos, o sujeito está imerso no tempo e espaço do ambiente percebido. Sendo assim, “as informações são processadas de modo integrado com afetos e significado social, compondo um todo inter-relacionado em unidades de sentido” (PINHEIRO, 2003).

A psicologia ambiental conquista sua importância, uma vez que, necessariamente todas as experiências humanas ocorrem em espaços físicos, e nesse sentido, a criação de um vínculo afetivo com o espaço que abriga experiências significativas é uma consequência natural. Todo espaço físico é dotado de afetos e significados individuais para cada pessoa, variando segundo a percepção de cada indivíduo frente àquele ambiente, podendo ou não evocar emoções, memórias e sentimentos bons ou ruins. Segundo Farias (2011) denomina-se de ‘lugar’ o espaço físico já dotado de sentido, que podem ser constantemente ressignificados. Dessa forma, é a experiência que diferencia lugar de espaço físico.

Pol (1996, apud CAVALCANTE; ELIAS, 2017) define o processo de dar sentido ao lugar como apropriação, podendo ser por *ação/transformação* ou por *identificação simbólica*. A apropriação por *ação/transformação* é caracterizada por modificações e/ou demarcações no ambiente. Assemelha-se a ideia de marcação de território, a qual distingue um espaço físico do outro por meio de alterações que revelam características de seu proprietário.

Já a *identificação simbólica* envolve processos cognitivos, afetivos e relacionais. É nessa apropriação que o sujeito desenvolve sentidos e significados para o lugar, tornando o “seu lugar”, ou lugar de determinada representação, lembrança ou

emoção. Nessa perspectiva, é possível apropriar-se de lugares que ainda não se conhece, por exemplo, ao almejar uma viagem para determinado local, planejar uma mudança, imaginar-se em um ponto turístico etc.

Dois construtos sobre a relação sujeito-ambiente destacam-se nesse contexto, são eles: *apego ao lugar* e *identidade de lugar*. Apesar de diferentes são, de certa forma, construtos complementares, que nascem da mesma ordem afetiva e constantemente se confundem.

Mourão e Cavalcante (2017) trazem o termo *identidade de lugar* como uma subestrutura da identidade pessoal, a qual seria construída a partir da interação do sujeito com seu meio físico e social. Esse construto nasce de uma série de percepções e afetos sobre o lugar, além da criação de vínculos emocionais e de pertencimento. Compreende que a construção da identidade se dá em um espaço sócio físico, e assim, não está relacionada somente à história de vida do sujeito, como também, aos lugares em que se vincula afetivamente por um processo de apropriação. De acordo com psicologia ambiental, questionamentos relacionados à identidade, como “quem é você”, evocam respostas intimamente ligadas ao lugar onde a pessoa está e onde nasceu. Fator que corrobora ainda mais o entendimento que os lugares com os quais nos vinculamos.

A literatura sobre psicologia ambiental revela tal fato de diversas maneiras, um exemplo é o estudo qualitativo de Arcaro e Gonçalves (2012) com moradores de comunidades do município de Timbé do Sul (SC), que foram desalojados de suas propriedades para a construção de uma barragem no Rio do Salto. O estudo apresenta as angústias da comunidade em abandonar o lugar onde viveram por tanto tempo. Na análise do discurso dos moradores o sofrimento em assistir suas casas sendo derrubadas e o desespero por abandonar o lugar de origem é palpável, segundo as autoras, para os camponeses “suas histórias de vida e seus sonhos ficarão debaixo d’água”. Para quem habita, a casa não se trata apenas de mais um espaço físico.

A identidade de lugar reflete uma parte do “eu”, as vivências conferem ao ambiente tamanha carga afetiva que o abandono deste é como perder uma parte de si. Os lugares que uma pessoa viveu ao longo da vida passam a constituir sua identidade,

podendo ser espaços temporários ou não. Segundo Speller (2005) a identidade de lugar é mais do que uma subestrutura da identidade pessoal, uma vez que, deve-se considerar que todo aspecto da identidade de um indivíduo (e não apenas um fragmento) está relacionado a um aspecto do lugar, em maior ou menor intensidade. A essência dessa identidade é o sentimento de pertencimento ao lugar.

Já o apego ao lugar é um conceito que pode contribuir na compreensão de como se dá a percepção ambiental, ao levar em consideração, além das características físico-espaciais do local, os significados simbólico/afetivos a ele atribuídos por indivíduos ou grupos, de forma dinâmica. Tal conceito envolve três dimensões: (1) funcional, referente ao papel do espaço físico como encorajador ou inibidor de movimentos, influenciando nos comportamentos que ali ocorrem; (2) simbólica, correspondendo aos sentidos produzidos de origem sociocultural, individual e relacional que atuam como mediadores na relação pessoa-ambiente; e (3) relacional, que diz respeito à interação dinâmica entre o envolvimento social cotidiano e as características do ambiente onde o mesmo acontece, auxiliando na definição de uma identidade pessoal e comunitária (ELALI; MEDEIROS, 2011).

Farias (2017), em seu estudo etnográfico acerca das transformações sofridas na cidade de Galinhos e seus impactos na comunidade local, anteriormente organizada ao redor da pesca artesanal, agora em transição para se tornar estruturada em função do turismo, buscou investigar os afetos dos moradores diante de tais transformações e como esses afetos participam da produção de sentidos sobre o lugar. Para isso, ele se inspirou na teoria dos afetos, elaborada por Espinosa (1632-1677), entendendo a afetividade como uma categoria ético-política extra discursiva e inerente à transição entre modos de vida, ou seja, indissociada de processos históricos, sociais e políticos, de forma a considerar esses processos articulados à dinâmica afetiva para compreensão da afetividade nas relações pessoa-ambiente.

Como resultado pode-se concluir que as transformações, uma vez em contato com as especificidades das relações e saberes locais, gerou inconformismo e oposição por parte dos residentes, sustentados pelo sentido de que as empresas responsáveis pelas atrações turísticas lhes alienam o lugar, compreendido como parte de suas vidas.

Para a comunidade local a idade de Galinho não se resumia apenas a um município, mas também representava um estilo de vida (de pescadores), parte de sua história de vida, e lugar que acolheu relações e vivências.

Existem diversos casos semelhantes aos estudos de Farias (2017) e Arcaro e Gonçalves (2012), que corroboram a relevância e complexidade da relação entre sujeito e lugar, e salientam os riscos para a saúde psíquica de uma comunidade ou indivíduo quando essa relação não recebe a devida importância. Remoções forçadas e reassentamentos - processos estes mediados pelo Estado -, geralmente são justificados como formas de evitar desastres, considerando que a maioria das ocupações tidas como irregulares no Brasil se encontram em área de risco de desastres. Comumente famílias são removidas da sua localização de origem, sem que alternativas adequadas de moradia a essas famílias sejam oferecidas, contrariando o que é previsto em tratados internacionais dos quais o Brasil faz parte. É importante considerar, no entanto, que existem áreas ocupadas pela elite brasileira de forma irregular, classificadas como nobres, em que a prioridade é a regularização fundiária, com o objetivo de manter as famílias no lugar de origem.

Dessa forma, em ordem de compreender melhor o cenário de ocupações irregulares em situação de risco de desastres no Brasil, é necessária uma análise histórica do processo de urbanização do país, já que este se constitui como a principal causa de desastres, tanto ambientais quanto sociais.

## **2.2 O contexto de Emergência e Desastres no Brasil**

Compreende-se um evento como desastre quando este afeta a normalidade do funcionamento social, e ultrapassa a capacidade dos afetados de lidar com a situação, sendo necessária ajuda externa. Representa, portanto, uma interrupção no funcionamento de uma comunidade, causando prejuízos e possíveis danos em diversas áreas, como econômica, ambiental, de infraestrutura, desenvolvimento humano etc.

Sendo assim, são muitos os elementos que contribuem para a existência de desastres. Entre eles, os elementos mais presentes estão relacionados à crescente urbanização das cidades, às mudanças climáticas globais e a vulnerabilidade das

comunidades, provocada pela urbanização sem planejamento, pelo aumento da população, das zonas de risco e das epidemias, além da crescente degradação do meio ambiente. Um desastre, portanto, pode ser de ordem ambiental, econômica, física, social ou de saúde, podendo se originar de causas naturais ou por ação humana (PARANÁ, 2021).

A literatura indica que o risco de desastre pode ser explicado em uma espécie de fórmula matemática, que seria:  $\text{risco} = \text{ameaça} \times \text{vulnerabilidade}$ . Segundo o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (2017, p.2) o desastre é “resultado da combinação de ameaças/perigos, condições de vulnerabilidade e da insuficiente capacidade ou medidas para reduzir as consequências negativas e potenciais do risco.”. Diante disso, um desastre pode ser previsto e, portanto, evitado; fica claro que qualquer grupo de pessoas em situação de vulnerabilidade, é por consequência mais suscetível a vivenciar um desastre e contextos de emergência. Emergências em geral são desencadeadas por um desastre. Estado de emergência ou calamidade (sendo a calamidade uma crise mais acentuada), são situações que exigem ações urgentes e inadiáveis. O Decreto Federal, nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020, Art. 2º, considera situação de emergência como:

“situação anormal provocada por desastre que causa danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do Poder Público do ente federativo atingido ou que demande a adoção de medidas administrativas excepcionais para resposta e recuperação.”.

Apesar do Brasil se encontrar em uma localização privilegiada no que diz respeito ao potencial de ocorrência de grandes desastres e catástrofes precipitadas pela natureza, o país não está livre destes abalos. Segundo o informe mundial sobre desastres de 2010, disponibilizado pela Federação Internacional de Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, o risco urbano se constitui como um dos principais desafios do século XXI. O risco de desastres por mudanças climáticas, por exemplo, se intensifica em localidades caracterizadas pelo povoamento desordenado e pela ausência de serviços governamentais de amparo social, muito comuns no cenário brasileiro (PARANHOS; WERLANG, 2015)[1].

Dessa forma, grande parte das situações de desastres no Brasil ocorrem devido a urbanização mal planejada. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, existiam cerca de 8,2 milhões de pessoas morando em áreas sujeitas a risco de desastres naturais. Grande parte dessa porcentagem são pessoas de baixa renda, que vivem em moradias com a mínima ou nenhuma condição de acesso a serviços básicos (abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo).

As estratégias governamentais e políticas públicas do governo não suprem a falta de moradia e os problemas habitacionais do país. Problemas estes, que afetam majoritariamente as classes de baixa renda, que associados a falta de opções no mercado para habitações de baixa renda, obrigam esse grupo a ocupar áreas ilegais e viverem em condições precárias de moradia. Nesse contexto, o Brasil apresenta um “déficit habitacional” crescente, ou seja, a quantidade de famílias existentes é significativamente maior que a quantidade de moradias (LIS, 2021). O “déficit habitacional” no Brasil atualmente refere-se tanto há uma questão quantitativa; ausência de residências, quanto qualitativa; inadequação das moradias já existentes. O que faz com que cada vez mais pessoas vivam em situação de risco (BEZERRA; CHAER, 2018).

A falta de acesso à moradia pela classe mais pobre não é atual, se deu ao longo de várias décadas com início na época do Brasil Colonial. Desde o fim do século XIX, com crescimento desenfreado das cidades e o fim da escravatura, as áreas periféricas e sem infraestrutura básica foram destinadas às populações de baixa renda - na época ex escravos e imigrantes. Já no século XX, com o êxodo rural, a situação se agravou, às áreas centrais e com localizações privilegiadas ficavam em função do embelezamento das cidades, propriedades da burguesia e reestruturação da circulação (MAGALHÃES, 2010).

O risco urbano é, dessa forma, uma das principais consequências do processo de urbanização no Brasil pós escravidão, marcado pela submissão a nações centrais do capitalismo, em um regime dependente, e pela dominação patrimonialista, estruturada para atender aos interesses sociais e políticos das camadas senhoriais. O patrimônio, seja de escravos ou de terra, sempre esteve associado ao exercício de poder, logo, a

moradia se torna, em uma lógica capitalista, mercadoria não acessível à maior parte da classe trabalhadora. Por isso, com o intenso processo de urbanização, e a partir de remoções forçadas e da especulação imobiliária, os mais vulneráveis são obrigados a migrarem para áreas ilegais e de risco ambiental, periféricas, desvalorizadas e recusadas pelo mercado imobiliário privado, em moradias improvisadas e autoconstruídas, em processos antidemocráticos, que promovem a segregação socioespacial e que atendem aos interesses do mercado (SILVA, 2019)[2].

Sendo assim, apesar do Estado incorporar uma poderosa defesa ideológica e legal da igualdade, liberdade e mobilidade dos indivíduos, na prática é contraditoriamente protetor da propriedade privada e da relação básica entre capital e trabalho, operando em favor das exigências do modo capitalista de produção. Consequentemente, as ações previstas em políticas públicas ficam comprometidas na prática, incapazes de ultrapassar o paradigma da propriedade privada, como aconteceu com o programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que apesar de ter conseguido acumular recursos bilionários para o atendimento a famílias de baixa renda, com a construção massiva de novas moradias populares, não interferiu na lógica de ocupação das cidades, mantendo a classe trabalhadora relegada e segregada em espaços periféricos, sujeitos a riscos e desastres (SILVA, 2019).

As periferias urbanas, mesmo habitadas legalmente, continuam sendo veementemente ignoradas, caracterizando-se como locais de pouca infraestrutura básica, distante de centros comerciais, baixa circulação de transporte público e longe dos equipamentos e serviços (como escolas, hospitais, supermercados) e muito pouco, ou quase nada, urbanizadas, não alterando a situação de vulnerabilidade a riscos de desastres tanto ambientais quanto sociais (BEZERRA; CHAER, 2018). No entanto, nesses casos em que há regularidade, existe, pelo menos, a segurança de posse, que, como já visto, se constitui como um dos sete critérios de adequação da moradia, estabelecidos pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, e como principal garantia de proteção contra despejos forçados, perseguição e outras ameaças. Podem esses fenômenos serem incluídos na compreensão do que se constitui como desastre?

A ocupação de terrenos de propriedade alheia (pública ou particular), mesmo que abandonados e desprovidos de função social, é considerada legalmente irregular, de forma que, como consequência da insegurança de posse, é comum a ocorrência de remoções forçadas, seja em função de obras de infraestrutura e urbanização, seja em defesa do direito à propriedade. Segundo o que é proposto em normas internacionais, remoções deveriam se constituir como última alternativa, quando comprovadamente necessárias, e desde que fosse assegurado pelo poder público o direito à moradia digna em outro local, o direito à proteção legal e à integridade física de bens e valores pessoais (NASCIMENTO & MENEGAZ, 2014).

Segundo Brasil (2010, apud HERMOGENES, 2012), incluir o tema dos desastres nas políticas e programas de garantia ao direito à moradia, de redução de pobreza, estratégias ambientais e outras áreas de desenvolvimento sustentável é de extrema pertinência, principalmente em comunidades reconhecidamente mais vulneráveis a esses fenômenos, já que diz respeito, inclusive, à preservação da saúde de forma integral, como prevista pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

### **2.3 A Psicologia de Emergência e Desastres**

Apesar do primeiro registro de inserção da Psicologia em situações de emergências e desastres, no Brasil, ter sido em 1987, com o acidente do Césio-137, em Goiânia, foi só em 2006, com a realização do I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres, que essa temática foi retomada pelos membros da comunidade, com o propósito de discutir os elementos necessários para a formação de futuros profissionais na área. Promovido pelo Conselho Federal de Psicologia, já engajado em iniciativas de organização da categoria em um cenário latino-americano, e em parceria com a Secretaria Nacional de Defesa Civil, este evento pode ser considerado como o início para consolidação da atuação do Psicólogo em situações de emergências e desastres (PARANHOS; WERLANG, 2015).

De acordo com Bruck (2009) a psicologia de emergências e desastres, propõe-se a investigar o comportamento do ser humano em situações de catástrofe, desde uma ação preventiva até o pós-trauma, visando contribuir para a promoção do bem-estar

mental de alguma forma. Dessa forma, essa área lida primordialmente com vítimas de desastres sejam eles, de ordem ambiental, econômica, física, social ou da saúde, buscando auxiliá-las em seu processo de reorganização psíquica e social, com o objetivo de minimizar possíveis agravos de saúde, tanto física quanto emocional (PARANHOS; WERLANG, 2015).

No entanto, a atuação do psicólogo, em sua função de promover saúde mental, não se reduz à intervenção pós tragédia, abrangendo as três etapas do desastre: o antes, com o mapeamento de áreas de risco e conscientização (quando é possível prever); o durante, realizando acolhimentos e um ambiente de segurança; e o pós, auxiliando no processo de superação do trauma e possíveis patologias que possam vir a se desenvolver. Essa área do conhecimento contribui, então, para o aprimoramento de intervenções de acolhimento e apoio aos afetados, capacitação de equipes de suporte e superação do trauma das vítimas e socorristas.

De acordo com Paranhos e Werlang (2015), pessoas que sofrem um abalo em sua estrutura, decorrente de eventos internos ou externos, como é o caso de experiências de emergências e desastres, entram em situação de crise, ou seja, um estado temporário de desorganização, em que o sujeito se sente incapaz de manejar situações particulares e de se apropriar de métodos para resolução de problemas. Sendo assim, a intervenção do psicólogo em contextos de emergências e desastres deve ser compreendida como uma intervenção em situações de crise, devendo ser fundamentada na crença de que as vítimas do evento possuem condições de superação de forma positiva do estresse desencadeador e enfatizando os processos que fazem diferença para saúde, e não só aqueles que contribuem para o adoecimento. A resolução positiva ou negativa da crise depende não só da gravidade do evento que a precipitou, mas também dos recursos pessoais e sociais que estão disponíveis aos sujeitos.

Geralmente as comunidades que vivenciam grandes calamidades em seus territórios são acometidas por um ímpeto de reorganização do lugar afetado, com um desejo genuíno de auxiliar no processo de forma ativa, sendo assim, cabe ao psicólogo, frente a essas circunstâncias, encorajar e facilitar essa iniciativa, evitando reduzir os

sujeitos a posição de vítimas e incentivando sua autonomia (PARANHOS; WERLANG, 2015).

É importante destacar também que, ainda em relação aos cuidados do psicólogo no pós-desastre, segundo literatura de Figueiroa e colaboradores (2010), nem todos os indivíduos que passam por situação de desastre desenvolvem enfermidades psicológicas, principalmente ao se levar em consideração que estas são consequentes de um desfecho negativo do processo de crise. No entanto, há de se considerar aqueles cujas psicopatologias se mostram presentes. Figueiroa cita as consequências psicológicas que estão em maior evidência neste âmbito. Segundo o autor, são elas: “o transtorno de estresse agudo, o transtorno de estresse pós-traumático, a depressão maior, o aumento do consumo de álcool e drogas, outros transtornos de ansiedade e sintomas psicossomáticos.” (p.2).

Existem, atualmente, diretrizes clínicas para o manejo de vítimas de desastres, mas são majoritariamente escritas em inglês. Os autores (FIGUEIROA et al, 2010) fazem críticas relacionadas à escassez de publicações na língua portuguesa, porém o avanço da psicologia de emergência e desastres no Brasil é significativo na última década, e já existe um vasto repertório dessa literatura.

Dessa forma, considerando tudo o que foi discutido até aqui, a presente pesquisa visa compreender os sentidos produzidos por pessoas em situações de risco social e ambiental, emergências e desastres (sociais e ambientais) na cidade de Brasília/DF. Serão investigados aspectos subjetivos (afetos, sentidos, concepções) de pessoas que passaram ou passam por contextos de abrigamentos e desabrigamentos em contextos de risco, que passaram por remoções de territórios em função de um conjunto complexo de fatores e os processos que fazem essas pessoas, em muitas situações, retornarem para a área originalmente pautada como arriscada. A pesquisa buscará investigar, também, os sentidos e percepções que essas pessoas produzem acerca de algumas alternativas oferecidas pelo Estado: abrigamentos, albergagem e casas de passagem.

### 3. MÉTODO

A proposta de estudo apresentada neste projeto se ancora nos principais pressupostos da pesquisa qualitativa. O método qualitativo se institucionaliza no meio científico por volta da segunda metade do século XX, sobretudo no campo das ciências humanas e sociais. Coloca-se com um conjunto de perspectivas que buscam produzir um universo de compreensões alternativas ao método científico clássico. Esse, pautado em uma matematização da existência, compreende, de maneira geral, a realidade a partir de um conjunto de leis gerais estruturadas, possíveis de serem observadas, reveladas, quantificadas, replicadas. A pesquisa qualitativa, de maneira diferente, tem se ocupado de buscar compreender as especificidades, eventos que são atravessados por singularidades, por vivências e aspectos subjetivos de quem observa e experiência os fenômenos que estão em análise (MINAYO, 2009). A pesquisa qualitativa, dessa forma, trabalha com o universo dos significados, das crenças, dos valores, dos modos de ser/viver, de modo que o objeto de estudo, para esse tipo de pesquisa, dificilmente pode ser expresso e representado pelo universo matemático/estatístico. A não neutralidade científica, que aqui pode ser expressa como uma “implicação” permanente, atravessa todos os momentos da pesquisa qualitativa: desde a concepção do problema de pesquisa, a escolha de referenciais teóricos, o recorte do universo a ser investigado, os instrumentos utilizados e as costuras interpretativas que serão tecidas, *a posteriori* pelo pesquisador, ao interpretar o conjunto de informações que foram construídas no contato com seu campo de investigação e com os participantes da pesquisa (FLICK, 2013, LAVILLE & DIONE, 1999; MINAYO, 2009).

Partindo dos elementos que situam este projeto como uma pesquisa qualitativa, também o compreendemos como um tipo de pesquisa participativa nominada como Cartografia, método oriundo das teorizações e intervenções produzidas por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), que tal como preconiza Rolnik (2007), busca mapear, perceber, avaliar, sentir deslocamentos, registrar vestígios de encontros que sinalizem formações/configurações do desejo no plano social, bem como nos possibilita demarcar, evidenciar analisadores, processos de autoanálise e autogestão, elementos pautados na transversalidade, nos rizomas e considerar os processos micropolíticos. Além disso, a Cartografia, nos permite mapear movimentos

de produção de subjetividades, como também de evidenciar forças que perpassam esses processos. De acordo com Kirst (2003) e Passos, Kastrup e Escóssia (2009) a cartografia busca compreender/evidenciar relações, intensidades, transformações em territórios, entendendo estes como espaços político-existenciais. Assim, a pesquisa cartográfica não se interessa pela coleta de dados em um campo, mas pela sua produção. Os pesquisadores são sujeitos ativos no processo de produção de material de pesquisa, afetando e sendo afetados pela realidade, pelos territórios que atravessam, evidenciando e produzindo processos de subjetivação e linhas de força que compõem o cenário da pesquisa (PASSOS, KASTRUP & ESCÓSSIA, 2009). Assim, a cartografia é tomada aqui como uma postura metodológica, que guiará os procedimentos formais do encontro de pesquisa (entrevistas, observações, conversas informais) mantidas entre o sujeito desta pesquisa e os pesquisadores.

### **3.1 Sujeitos e locais de pesquisa**

Foram sujeitos participantes da pesquisa duas mulheres adultas, que vivenciaram situação de acampamentos ou ocupações em territórios diversos, com finalidade de estabelecer moradia. Os acampamentos/ocupações, para os fins desta pesquisa, foram classificados por órgãos do poder público, à exemplo da Secretaria de Defesa Civil, como áreas de risco social ou ambiental. Ou seja, construções, realizadas para fins de moradia, que ocupam espaço público de maneira irregular, do ponto de vista legal.

A natureza da irregularidade pode estar associada à finalidade do espaço/território ocupado (como em Áreas de Preservação Ambientais), em locais sensíveis a transformações climático/ambientais (como encostas de morro, margens de rios e córregos), ou áreas destinadas a fins específicos (áreas privadas, terras devolutas, etc.) Desta feita, a ideia de risco associada a essas ocupações/territórios, assume um sentido físico/ambiental, bem como político social (como no exemplo de ocupações que se dão em função da situação de pauperização estrutural que assola um contingente importante de nossa sociedade).

A forma de abordagem das participantes foi por conveniência. As entrevistas foram realizadas presencialmente seguindo todos os protocolos sanitários em função da pandemia, e consentidas pelas participantes. A obtenção se deu a partir da

apresentação da pesquisa, explicação dos objetivos, explicitação dos riscos e benefícios, leitura conjunta e explicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 1).

Ademais foram sujeitos de pesquisa, da observação participante e cartografia, diversas famílias da comunidade Sol Nascente que participavam de programações com o coletivo Panã.

### **3.2 Instrumentos**

Os instrumentos utilizados nesta pesquisa foram entrevistas semiestruturadas (Apêndice 2) e o diário de campo. As entrevistas semiestruturadas são consideradas modalidades de interação entre duas ou mais pessoas cujo diálogo será orientado por questões norteadoras, de forma a combinar perguntas abertas e/ou fechadas, sem necessariamente se ater ao que um roteiro pré-estabelecido determina (MINAYO, 2009). O diário de campo é instrumento utilizado para registro de fenômenos observados e vivenciados pelo pesquisador dentro de um determinado contexto, campo e tempo. É um dispositivo de inscrição (narração, descrição, reconhecimento de condições diversas – afetivas, cognitivas, emocionais) das impressões do pesquisador em função do que é vivenciado nos contextos em que está inserido. As inscrições produzidas num diário de campo não necessitam seguir um padrão específico ou rígido, como o de uma descrição apenas objetiva da realidade. É importante, nesse registro, a construção, por parte do pesquisador, de um modo de inteligibilidade daquilo que foi vivenciado e colocado no papel (BARROS & PASSOS, 2009, NEVES, 2004).

### **3.3 Procedimentos**

O contato foi realizado via WhatsApp com uma breve mensagem apresentando as pesquisadoras e o objetivo da pesquisa, além de convidar para um encontro inicial. Tivemos acesso ao contato da participante através da indicação de uma professora, a informação é que ela era uma das líderes de uma ocupação que ocorreu em março de 2021 e teve alta repercussão na mídia. Ocorreram dois encontros na residência da participante na Vila Planalto. O primeiro encontro aconteceu dia 31 de março, com o intuito de conhecê-la, explicar o propósito da pesquisa e solicitar indicação de outros possíveis voluntários e lideranças de ocupações que poderiam

acolher as pesquisadoras para a observação participante. Já o segundo encontro aconteceu dia 21 de abril, juntamente com outra participante para a realização da entrevista. Com a autorização de ambas, a entrevista foi gravada e serviu de base para a construção de dados.

Todos os procedimentos foram registrados pelas pesquisadoras em seus diários de campo, a fim de capturarem as impressões pessoais/afetivas do processo de construção das informações. É importante ressaltar que, todos os procedimentos de pesquisa seguiram as determinações da resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, e o projeto foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa do Uniceub, CAAE: 53360821.3.0000.0023.

O projeto inicial da pesquisa tinha por objetivo implementar observação participante e cartografia em ocupações ou assentamentos com fins de moradia, em áreas categorizadas como irregulares do ponto de vista legal. A fim de colocar em movimento a estratégia da observação participante, a partir da criação de vínculo com lideranças locais e com a própria comunidade pretendia-se convidar voluntários para as entrevistas. O procedimento teria como principal recurso metodológico para a obtenção de dados o diário de campo.

Após o primeiro encontro a equipe compreendeu que a entrada em territórios de ocupação seria complexa e rodeada de obstáculos. Compreende-se, por exemplo, que para inserção em comunidades sócio vulneráveis, é recomendado que exista antes um mediador de confiança da comunidade e da equipe de pesquisa. Porém, a liderança com a qual entramos em contato nos informou que em épocas de eleição os moradores tendem a ser mais resistentes a visitas nas ocupações, em decorrência de um histórico de enganações. Ademais, a própria também contou de algumas resistências que os moradores têm com ela desde o despejo da última ocupação, fatos que serão trabalhados com mais detalhes na discussão.

Paralelamente a essa incerteza, as pesquisadoras estavam se vinculando à uma comunidade da região administrativa Sol Nascente no DF. Ambas são voluntárias em um projeto universitário que presta assistência técnica de habitação social, e durante o primeiro semestre de 2022, aconteceram diversas programações com essa comunidade no intuito de capacitar o grupo para a construção das próprias moradias. A região é uma área já regulamentada, porém grande parte das famílias que ali moram ainda

estão em residências de madeirite. A quadra em que se encontram foi um conquista do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, que se deu por meio de pressão popular, ocupações e negociações.

Nesse sentido, optou-se por implementar a observação participante e cartografia em ambos os contextos, sendo que com as voluntárias ocorreu também entrevistas semiestruturadas. As visitas ao Sol Nascente foram quinzenais, seguindo as programações do projeto, iniciado em abril de 2022 com previsão de encerramento para agosto do mesmo ano.

### **3.4 Análise das informações construídas**

Para a análise das informações que serão construídas será realizada a análise de conteúdo temática, na qual se trabalha conceitualmente o tema de pesquisa, que “comporta um feixe de relações e pode ser graficamente representado através de uma palavra, uma frase, um resumo” (GOMES, 2009, p. 86). O tema é aquilo que se desprende do que está sendo analisado, a partir do referencial teórico que está sendo utilizado (GOMES, 2009). Para realizar a análise temática, é necessário estabelecer unidades de registro, que consistem em informações coletadas, sendo que essas unidades podem ser todas ou apenas algumas palavras de um texto, frases, orações, entre outras possibilidades (GOMES, 2009). No caso deste estudo, serão utilizadas entrevistas e o material produzido nos diários de campo. Além das unidades de registro, também são estabelecidas unidades de contexto, que se referem à necessidade do entendimento do contexto que cerca a mensagem que está sendo analisada (GOMES, 2009).

Em relação aos procedimentos de análise, serão realizados os seguintes processos: categorização, inferência, descrição e interpretação. A categorização diz respeito a classificação de elementos que serão coletados durante as entrevistas. Esses elementos serão diferenciados e logo após, agrupados com os demais que sejam considerados da sua mesma categoria. Esses grupos serão estabelecidos de forma homogênea, ou seja, cada grupo foi definido levando em consideração os mesmos princípios que serão utilizados em todo o processo de categorização (GOMES, 2009). Essa categorização será realizada a partir da análise do material de pesquisa.

A inferência é o processo de análise referente a deduções lógicas que são feitas sobre o conteúdo analisado, levando em consideração ideias já aceitas de estudos que foram feitos a respeito do tema analisado. A inferência é uma fase que ocorre entre a descrição e a interpretação (GOMES, 2009). A descrição é o processo referente à especificação das características do material de análise, que são resumidas após avaliação dos dados, e a interpretação diz respeito aos significados que se dão a essas características (GOMES, 2009). Durante essa fase da análise, as inferências são utilizadas para a discussão da pesquisa, procurando, enfim, atribuir significados mais abrangentes daquilo que está sendo analisado pelo pesquisador (GOMES, 2009).

Para a realização da análise de conteúdo serão seguidas as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados/inferência/interpretação. A pré-análise diz respeito aos estudos prévios feitos antes da prática da pesquisa. Nessa fase, busca-se maior conhecimento a respeito do tema a ser estudado, além da busca por compreender particularidades do assunto, elaboração de hipóteses, determinação dos ideais teóricos a serem utilizados, a visão geral do tema de pesquisa e formas iniciais de classificação inicial (GOMES, 2009).

Na etapa de exploração do material é feita a análise do material de pesquisa. É nessa etapa que as informações coletadas são distribuídas pelas formas de classificação inicial, a partir das inferências, identificar núcleos de sentido em cada grupo da classificação inicial e articular com as deduções iniciais, sendo que, caso seja necessário, podem ser feitas novas deduções, analisar os núcleos de sentido, juntar partes dos textos de acordo com o tema e realizar um texto por tema, de forma a articular os sentidos encontrados nos textos com a fundamentação teórica que guia a pesquisa. Por fim, é feita uma redação que articula as interpretações do que foi coletado na pesquisa com os objetivos da pesquisa (GOMES, 2009).

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente seção desta pesquisa apresentará os resultados do processo de cartografia produzido junto à Andreia e Leila e, também à comunidade do Sol Nascente. No intuito de unir os pontos principais de ambos os trabalhos cartográficos, optou-se por categorizar temáticas relevantes, para os dois contextos, que conversam entre si.

Assim, a presente seção será dividida em dois momentos: (1) Cartografia: notas/narrativas do processo; aqui as pesquisadoras pretendem compartilhar um pouco de suas impressões, afetos e perspectivas vivenciadas dentro da experiência de cartografar. Esse momento pretende também auxiliar o leitor na construção imaginária do cenário em que a pesquisa se passa. E (2) Amarrações prática-teórica: onde será apresentado e discutido elementos da cartografia que se relacionam com o referencial teórico, além de outros autores/ideias que ao longo do caminho se demonstraram relevantes para a temática.

### 4.1 Cartografia

Essa pesquisa aconteceu por iniciativa da coordenadora do Morada de Luz, projeto de extensão do Uniceub em parceria com o Instituto Avaliação. Compreendemos que foi através do Morada que tivemos o privilégio de conhecer as protagonistas da nossa pesquisa Andreia e Leila e também toda a comunidade do quadra 209 do Sol Nascente. Por meio dessa pesquisa, e portanto do Morada de luz, nosso interesse na Psicologia Social foi lapidado. Nesse caso, nada mais justo do que dedicar parte da cartografia a relatar os caminhos que nos trouxeram até aqui. Esse espaço contará com as notas/narrativas do processo e opiniões compartilhadas pelas pesquisadoras e também individuais, dessa forma, quando houver especificação “pesquisadora 1” ou “pesquisadora 1” corresponderá as opiniões individuais de Tatiana e Elisa respectivamente, e quando não houver especificação trata-se de um pensamento compartilhado.

#### 4.1.1 A primeira rota

Pesquisadora 1:

O projeto para mim se resume em uma excelente surpresa. Entrei no Morada de Luz sem muitas expectativas, o projeto se abriu para turmas de psicologia no início do ano de 2020, me candidatei pois estava cursando a disciplina de Psicologia Social e me interessei pela área, vi no Morada um forma de conhecer mais da prática. Na semana que seriam as entrevistas para ingressar foi decretado o lockdown no DF em função da pandemia da COVID-19. Comecei a participar de maneira remota, com oficinas e grupos de estudos, com a expectativa que no semestre seguinte estaríamos no campo.

Durante esse tempo criei vínculo com outros estudantes, aprendi mais sobre a aplicação da psicologia social e sobre a relação psicologia-arquitetura. No segundo semestre de 2021 eu e uma colega recebemos o convite para participar do Programa de Iniciação Científica vinculado ao Instituto Avaliação, com o objetivo de analisar o contexto de ocupações em situações de emergências e desastres no DF. A ideia logo de cara me empolgou muito tanto pelo interesse pelo tema quanto pela honra de ter sido convidada a compor a equipe, aceitei com muita expectativa apesar da preocupação em conciliar o projeto com o fim da graduação, marcada pelo desenvolvimento da monografia.

No fim de 2021 então, nos dedicamos a construir o projeto de pesquisa, nesse momento todo o trabalho ainda era realizado de forma online. Dois anos se passaram, diversos alunos entraram e saíram do projeto e só em 2022 começamos a vislumbrar a prática da psicologia no campo em parceria com outros cursos.

As primeiras atividades foram juntamente com toda a comunidade a fim de nos apresentarmos, criar vínculo, propor atividades com a temática de trabalho em equipe (a pedido da coordenadora do projeto) e abrir um espaço para dar voz ao grupo. Por ser o primeiro semestre saindo do modo online, ainda estávamos aprendendo nosso lugar ali e paralelamente a isso começamos a parte prática da pesquisa, a ida ao campo.

Quando começamos a pensar em quem iríamos convidar para contribuir com a pesquisa, o primeiro nome que surgiu foi o das lideranças da, até então, recém despejada ocupação do CCBB.

A remoção dos barracos do CCBB e da Escolinha do Cerrado aconteceram em março de 2021, no auge da segunda onda de contaminação do novo coronavírus.

Fiquei sabendo do caso através dos jornais e publicações de repúdio a situação postadas no Instagram. Um pouco depois tivemos uma bate-papo no Morada de Luz com o Thiago Ávila, militante político que estava à frente na defesa das ocupações. Lembro de me comover muito com seus relatos, principalmente com a brutalidade e injustiça que aquela comunidade viveu, mas naquele ponto nem imaginava que em alguns meses conheceríamos Andreia e Leila de perto.

Naquele bate-papo provavelmente o convidado citou sobre nossas duas participantes, mas não recordava especificamente delas, portanto, a primeira vez que ouvi falar de Andreia tive a informação de que ela era uma das moradoras da recém destruída ocupação do CCBB, não sabia até que ponto era seu envolvimento, apenas que ela seria alguém disposta a nos ajudar.

Pesquisadora 2:

A primeira vez que eu vi Andreia foi durante a pandemia, mais precisamente em 2020, em um vídeo que se popularizou na minha bolha do Instagram, no qual ela descrevia, demonstrando muito pesar e desespero, a situação de extrema violência a qual os moradores da ocupação do CCBB estavam sendo submetidos constantemente, em processos insistentes de remoções forçadas, promovidas pelo Estado em meio a uma crise sanitária. Eu já vinha acompanhando as intervenções higienistas do governo Ibanez desde a primeira remoção forçada promovida no Setor Comercial Sul na pandemia, espaço que várias pessoas utilizam como moradia. Assim como as intervenções no SCS, as intervenções promovidas na ocupação do CCBB foram igualmente violentas, ganhando bastante visibilidade midiática. Da mesma forma, mesmo após serem removidas, as pessoas voltavam a reconstruir seus barracos no mesmo lugar, resistentes. Olhando de longe, eu já achava que o motivo pelo qual as famílias voltavam não podia ser reduzido a um apego aquele espaço, era muito mais complexo, associado a luta, resistência, denúncia, reivindicação de direitos, etc.

O sentimento de impotência, na minha opinião inevitável ao contato com tamanhas atrocidades e provavelmente também muito presente no contexto de ocupações, começou a me dominar. Eu precisava saber mais, me inserir mais na luta, me politizar mais. E esse foi um dos principais motivos que me levou a investir meu

tempo e esforço no projeto de extensão do CEUB chamado Morada de Luz. Mal eu sabia que essa jornada me conduziria de forma tão inesperada até Andreia.

No meu segundo semestre no Morada de Luz, também fui convidada pela coordenadora e pelo professor de Psicologia da extensão a contribuir no presente projeto de iniciação científica, vinculado ao Morada de Luz e ao Instituto Avaliação, cujo intuito final consiste em produzir documentos científicos que sirvam como base para a reformulação de políticas públicas de moradia para que elas de fato atendam às necessidades dos seus usuários, possuindo como recorte o contexto de emergência e desastres.

#### *4.1.2 Decisões iniciais*

No momento em que a proposta foi apresentada com mais detalhes pelo nosso professor de Psicologia Social, surgiu o questionamento: será que a situação a qual os moradores/ocupantes, tanto do CCBB quanto do SCS, haviam sido submetidos poderia ser classificada como uma situação de emergência e desastre? Após uma breve pesquisa, tanto acerca do conceito teórico de emergência e desastres, quanto de como esse conceito é compreendido nas políticas públicas, foi possível constatar que, apesar do conceito teórico facilmente abarcar os eventos descritos, as políticas públicas não poderiam incluir as consequências de intervenções produzidas pelo Estado como desastres. Porém e se considerarmos a pandemia?

Inicialmente, nosso intuito era buscar nos inserir em comunidades que tivessem sido removidas de áreas classificadas como de risco de desastres ou que tivessem efetivamente passado por situações de desastre, contexto que teoricamente implicaria em um contato com as políticas alternativas de moradia oferecidas pelo Estado. No entanto, conforme a pesquisa teórica foi avançando e em meio a dificuldade de encontrar uma comunidade no DF que se encaixasse em todos os critérios descritos acima, nosso orientador estabeleceu um desses critérios como prioridade para participação na nossa pesquisa: o contato com políticas alternativas de moradia. Considerando tal alteração, foi constatado que seria muito mais fácil encontrar usuários dessas políticas no contexto de ocupações/remoções forçadas e foi assim que o nome de Andreia surgiu pela primeira vez como sugestão de participante.

Foi a professora coordenadora do Morada de Luz quem nos passou seu contato e de todas as três pessoas que contactamos. O primeiro contato foi por uma mensagem no wpp, estávamos nervosas sobre como explicar nossa intenção para alguém tão fora do meio acadêmico. Andreia foi a primeira a responder, mandou um áudio simpático dizendo que estava aberta a ajudar quem queria o seu bem, assim foi nosso primeiro contato. Em todo processo ela foi muito gentil com nossa equipe, desde o primeiro encontro falou sobre tudo que julgou importante, compartilhou experiências, se emocionou e esteve disposta todo o tempo, contactando, inclusive, outras pessoas da ocupação do CCBB que possivelmente aceitariam colaborar com a nossa pesquisa. No entanto, ao contrário de Andreia, as demais demonstraram bastante resistência em participar.

Segundo ela, depois de tantas frustrações com pessoas que diziam querer ajudar, mas que na verdade as usavam com outros interesses, era difícil para elas confiar em pessoas externas, ainda mais considerando a proximidade das eleições, algo que facilmente compreendemos, o que não impediu, porém, o sentimento de frustração se instalar. A impressão é de que essas mulheres convidadas por Andreia a consideravam, inclusive, ingênua por ainda se envolver com esse tipo de coisa. Por isso foi uma surpresa para nós encontrar Leila disposta a contribuir no nosso segundo encontro com Andreia.

Considerando a impossibilidade de implementar a observação participante no contexto descrito pelas participantes, uma vez que elas não mais estão na ocupação do CCBB, optamos por aproveitar a oportunidade proporcionada pelo projeto Morada de Luz de ingressar em uma comunidade com vivências semelhantes na luta por moradia. Com o retorno das atividades práticas do projeto, foram iniciadas atividades de capacitação para construção de moradias com os usuários da Cozinha Solidária localizada na quadra 209 do Sol Nascente, cujos coordenadores fazem parte do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST).

Tal quadra havia recentemente passado pelo processo de regularização fundiária, conquista do movimento, sob promessa de que as moradias não demorariam a ser construídas e reformadas, no entanto não foi isso que aconteceu. Apesar de alguns avanços significativos em questão de infraestrutura (ruas pavimentadas, saneamento básico, rede de energia), os moradores seguem vivendo em casas

autoconstruídas em condições bastante precárias. Cansados de aguardar a boa vontade do Estado em cumprir o que foi prometido, a comunidade e o movimento se aliaram ao Panã e ao Morada de Luz, na expectativa de, assim, conseguirem construir moradias mais dignas e adequadas às suas necessidades.

Os encontros com a comunidade foram quinzenais e bastante ricos, principalmente no que diz respeito ao complemento das informações compartilhadas por Andreia e Leila, sendo possível observar tanto questões em comum quanto divergências entre discursos.

#### *4.1.3 Primeiro encontro com Andreia*

Marcamos o encontro na casa dela, pela manhã. Depois de entrarmos na Vila Planalto, bairro pavimentado com residências em sua maioria humildes, fomos direcionadas pelo GPS a adentrar numa estrada de terra que nos levou até a entrada do lote. Fomos recepcionados por uma de suas filhas acompanhada de um cachorrinho branco, que foi como um intermediador no primeiro contato que tivemos com a participante. A entrada no lote era como de uma chácara, começava com um corredor que dava em um quintal grande de terra vermelha. À esquerda via-se um barraco de madeirite e na frente outro um pouco maior com algumas partes de alvenaria. Na frente uma árvore alta, cuja sombra nos abrigou durante toda a conversa.

A intenção era apenas apresentar os objetivos e procedimentos de pesquisa de forma mais detalhada, a fim de verificar se ela realmente gostaria de contribuir, no entanto, em vez disso, Andreia nos deu material suficiente para cumprir com os objetivos da pesquisa de forma satisfatória. A conversa não foi gravada e durou aproximadamente duas horas, com poucas intervenções de nossa parte, em que ela contou bastante coisa de sua história. Andreia é uma mulher muito articulada, porém fala muito rápido e muita coisa, de forma que fica um pouco difícil acompanhar, principalmente a cronologia dos fatos. Compreende-se que isso faz parte do processo cartográfico, uma vez que ao adentrar diferentes realidades estamos atravessando processos incompletos, ou seja, cujo início nem final acompanhamos. Apesar disso, é necessário reconhecer a tendência do ser humano de tentar preencher lacunas, de forma que no segundo encontro, a expectativa era de sanar algumas dúvidas, sabendo que era mais uma necessidade nossa do que de Andreia.

Dentre tantas informações, algumas questões nos chamaram mais atenção. A primeira delas se refere à potência da participação das mulheres na luta, de forma que a maioria das pessoas que Andreia citou como companheiras do movimento eram mulheres, mais especificamente mães, mobilizadas, assim como ela, a buscar melhores condições de vida para seus filhos. Questão que foi confirmada no nosso ingresso na comunidade observada e em relação ao MTST, em que a grande maioria dos participantes e coordenadores são mulheres. Apesar disso, em todas as atividades propostas o que foi observado foram os poucos homens dominando o espaço de fala.

Outra questão que se fez muito presente no discurso de Andreia foi relacionada a algo que ela mesma denominou solidariedade. De acordo com seu relato, apesar de ela possuir esse senso de buscar conseguir para os outros tudo que consegue para si na reivindicação de direitos, ela não sente reciprocidade. Por causa disso, acaba se sentindo extremamente sobrecarregada, o que pode ter contribuído para o desenvolvimento de um quadro de ansiedade associado ao estresse pós-traumático consequente das remoções violentas. As pessoas parecem concluir que sua força a deixa imune a todos esses estresses, descasos e violências. Algo muito semelhante foi observado nos relatos dos moradores da quadra 209 do Sol Nascente, quando, em uma roda de conversa, a maioria que se dispôs a falar mencionou conflitos relacionados ao descaso para com o movimento, uma vez que se consegue o quer.

Dentre as divergências entre os discursos, o que mais chamou a atenção foi em relação aos posicionamentos políticos. Como uma liderança do movimento, Andreia foi convidada a participar de um mandato coletivo, forma de cargo eletivo legislativo, em que o representante se compromete a dividir o poder com um conjunto de cidadãos. Apesar de sua própria existência ser política, Andreia apresenta certa resistência em ingressar no cenário político, sendo, inclusive, bastante criticada por seus pares por sequer cogitar a possibilidade, quase como se fosse uma traidora. Andreia anseia por mudanças e parece ter a compreensão de que elas só serão alcançadas se ela se envolver, porém é necessário considerar o quanto essas pessoas já foram decepcionadas por um Estado, que teoricamente deveria protegê-las. Muitas se recusam, inclusive, a tirar documentação por causa disso. Algo que, aparentemente, não acontece dentro do MTST, em que os participantes compreendem a importância de se mobilizarem, de seguirem as burocracias, de se posicionarem, de se informarem

e de votarem em candidatos que falem por eles, independente de todas as frustrações envolvendo o descaso do Estado para com sua existência.

Apesar de a documentação ser teoricamente o primeiro passo para conseguir uma moradia, segundo Andreia, depois de removidas permanentemente da ocupação do CCBB e sob promessa de várias garantias, as mulheres documentadas foram encaminhadas para lotes na Vila Planalto, vivendo em casas de aluguel, com um auxílio que mal paga o valor cobrado, tampouco sobra para pagar água, alimentação, luz, gás, etc. Tal auxílio também costuma atrasar, porém o pagamento do aluguel não possui a mesma flexibilidade.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas com o auxílio aluguel e no contexto de ocupações, Andreia e Leila deixaram claro diversas vezes em seu discurso que qualquer coisa é melhor que residir em abrigos. O encaminhamento para abrigos é sempre a primeira opção ofertada pelo Estado para sanar questões relacionadas à falta de moradia, tanto em contextos como o descrito por Andreia e Leila, como em contextos de emergência e desastres, porém segundo seus relatos, esta medida está muito longe de atender suas reais necessidades e ambas falam a partir de experiências próprias que podem ser facilmente generalizadas para outros sujeitos que experienciam residir em abrigos.

#### *4.1.4 A entrevista*

No dia que fomos oficialmente entrevistar Andreia nos surpreendemos com a participação de Leila, que até então não tinha confirmado que iria. Era feriado e a casa de Andreia estava cheia, com quase todos os filhos. Levamos um bolo e pães de queijo para compor o cafezinho que ela tão educadamente insistiu que tomássemos no primeiro encontro. Diferente da primeira vez Andreia nos convidou para entrarmos na sua casa, um barraco de aparentemente dois quartos, banheiro e sala; ficamos na sala, tinha duas camas e um sofá. Ela estava claramente em um dia ruim, nos surpreendeu ter aceitado nos receber mesmo assim, comentou que estava com dor de cabeça e que não havia dormido bem, realmente parecia abatida. Conversamos um pouco sobre como tinha sido seu aniversário, cujo qual acompanhamos as comemorações pelas redes sociais, logo em seguida ela comentou sobre a preocupação com o tratamento de câncer que iria iniciar em pouco tempo. A angústia de perder o cabelo, as dores

fortes, o medo de não conseguir estar presente para seus filhos. Por bastante tempo ela compartilhou sobre seus anseios e preocupações, se emocionou várias vezes, mas não teve receio em falar. Em nossa cabeça passava ao mesmo tempo um misto de preocupação por ver uma mulher que de tantos sofrimentos ainda tem mais esse junto a um sentimento de honra por ela compartilhar suas dores conosco.

Quando começamos oficialmente a entrevista, explicamos pra Leila qual era nosso objetivo e apesar de parecer ainda meio suspeita aceitou participar, muito pelo incentivo de Andreia. As mulheres começaram compartilhando como chegaram à ocupação do CCBB até o ponto em que estavam. Ambas sabem da existência da ocupação há mais de anos, popularmente conhecida como “Cerrado”, trata-se de uma região de trânsito constante entre ocupantes. Demoramos para entender isso, por várias vezes elas se referiam ao cerrado e para nós o discurso não fazia sentido. Foi interessante perceber como algumas palavras apresentavam significados completamente distintos para elas comparada a nossa percepção. Exemplo disso foi quando perguntamos sobre as casas de passagem e abrigos, enquanto a ideia de um abrigo representa um local de conforto, segurança e proteção para elas as imagens são de preocupação, medo e angústia. Ao mesmo tempo para as mulheres foi claro perceber que a definição de lar, seria um local onde poderiam estar junto com sua família e em segurança, não importando se seria em um barraco ou uma casa alugada.

“Aquilo ali era nossa casa. Um barraco de tabua construído com uma lona por cima era nossa casa. Era o nosso lar ali.” (Andreia).

Passamos quase três horas com Andreia e Leila em uma conversa que facilmente duraria a tarde inteira, apesar do cansaço e da tristeza de relembrar algumas partes de suas histórias, ambas não hesitaram em compartilhar e em todo tempo mostraram força e resistência.

#### *4.1.5 Um pouco do Sol Nascente*

Não caberia descrever aqui as incontáveis experiências, afetos e aprendizados que tivemos durante os sábados que visitamos a comunidade do Sol Nascente. De fato, o convívio com cada sujeito ali nos atravessou das mais diversas maneiras. Chegamos um pouco perdidas sem entender muito bem nosso papel, até então não sabíamos que o projeto atuava em parceria com o MTST. No primeiro dia recebemos da

coordenadora a proposta de fazer uma dinâmica que incentivasse o trabalho em grupo e a união, pois havia todo um histórico de conflitos, porém não tínhamos ideia que esse conflitos se referiam a fortes questões políticas entre os membros e lideranças - atuais ou não - do movimento.

Já no primeiro dia, após abrirmos espaço para uma roda de conversa, saímos com a sensação de vivenciar um espaço catártico e acolhedor. Os moradores falaram sobre a importância de estarem juntos na luta, de auxiliar uns aos outros independente dos conflitos e como unidos eles conseguem fazer muito mais. Ao longo da convivência com a comunidade conseguimos ter conversas individuais com os moradores que clarearam nosso entendimento a respeito dos conflitos que existiram. Foi interessante observar que, à medida que se sentiam mais à vontade conosco e ganhávamos sua confiança, eles se abriam para contar a história da comunidade.

Além disso, o espaço da roda de conversa deu palco para a importância de ressaltar que o aprendizado ali era mútuo, apesar do projeto apresentar oficinas de capacitação técnica, nós como equipe tínhamos - e temos - muito a aprender com a comunidade também. Percebemos em vários momentos como alguns moradores se colocavam em um lugar de ausência de conhecimento, às vezes até sobre temas que já tinham experiência como a construção de moradias. Lugar esse que muitas vezes lhes é imposto, ou seja, pela condição socioeconômica o indivíduo é visto como inapto ou sem conhecimento e tende a aceitar esse papel. Mais uma vez a psicologia e educação popular mostram seu valor no empoderamento do sujeito e valorização de todos os saberes.

Essa situação foi vivenciada com certa frequência. Eu, Tatiana, me lembro de um conversa com uma das coordenadoras do movimento, em que ela compartilhava a enorme insegurança em falar para o grupo, muitas vezes por medo de falar errado ou dizer algo que não sabe. Lembro de olhar pra ela mulher, preta e sem estudo e pensar o quão incoerente era alguém com tanta potência e tão essencial para o movimento se enxergar assim, porém sabendo que tal autoimagem infelizmente vinha de uma série de julgamentos e preconceitos até mesmo do próprio grupo, como ela mesma comentou.

A comunidade trouxe para nós um pouco da realidade do que conversamos com Andreia e Leila, como o fato de mulheres pretas geralmente serem protagonistas

da luta, porém majoritariamente mais inseguras que os homens no que se refere ao se posicionarem; a demora e o anseio para a regularização dos terrenos por parte de pessoas que ficaram mais de 25 anos na fila de espera para um lote. Observamos, também, a realidade confusa e, ao nosso ver, injusta e corrupta na regulamentação e liberação de lotes: em uma das semanas um grupo de quase 20 pessoas foi contemplado com lotes e em quatro dias perderam novamente sob justificativa de confusão e erro da Terracap, sem contar os problemas organizacionais da instituição que afetaram/afetam diretamente os moradores - que nada tem a ver com isso. Vimos de perto a realocação de toda uma comunidade, de mais de 70 famílias, que esperavam ser beneficiadas com lotes e moradia e que, em vez disso, foram largadas ao relento a sua própria conta e risco, porém com o discurso de que agora possuem uma terra e que isso deveria ser suficiente.

E talvez a experiência mais mobilizadora foi ter vivenciado uma ocupação, lugar que antes era apenas objeto de estudo distante.. Desde ouvir a coordenação do movimento sobre como se organiza uma ocupação do início ao fim, até presenciar e ajudar na construção de uma das maiores ocupações do MTST no DF. Foi impressionante perceber a organização do grupo: das listas de presença à equipe de ronda noturna, da cozinha - que é o 'coração' de uma ocupação - ao distanciamento correto das barracas. O respeito às autoridades oficiais, mesmo tantas vezes sendo desrespeitados por elas, mas sempre com o pensamento de 'estamos aqui para uma denúncia pacífica e legal'. Enfim, viver o Sol Nascente alimentou nossa fé na luta, nos fez ver de perto as injustiças que vivenciam, seja na Vila Planalto ou na periferia do DF, o problema tende ser o mesmo. E apesar do cansaço Andreia, Leila e a comunidade continuam lutando em busca de dignidade de vida, não porque tem uma força sobrenatural, mas por que resistir é a única opção.

## 4.2. Amarrações prática-teórica

### 4.2.1 O contexto de ocupações na luta por direitos

“Já estamos habilitados esperando o governo ter - como é que diz - acho que é até humanidade, porque ver o que o pessoal do CCBB passou, as humilhações e os maus tratos que nós passamos e que nós ainda passamos descaso, porque nós estamos tudo desempregados até hoje, mais de anos

sem trabalho... Eu acho que já era para ter resolvido o caso dessas famílias para essas famílias terem pelo menos um local onde morar.” (Andreia).

Andreia e Leila, ambas com mais de 30 anos, são amigas e ex-moradoras da ocupação do CCBB. Estão atualmente desempregadas, dependendo, assim, do comércio de papelão e outros materiais recicláveis, do benefício do auxílio aluguel e de doações para sobreviverem, o que tem se mostrado insuficiente, segundo seus relatos. Leila morou na ocupação do CCBB, também conhecida como Cerrado, desde 2006/07, por aproximadamente 15 anos. Já Andreia veio para Brasília pela primeira vez em 2010, onde se estabeleceu permanentemente com seus filhos apenas em 2019, acompanhando seu marido que já residia em ocupações no DF.

A princípio, ambas residiam em uma ocupação próxima ao Centro Olímpico Assefaz, porém, à medida que as derrubadas aumentaram, os ocupantes foram migrando para o fundo do prédio do CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), onde foi construída a Escolinha do Cerrado pelo projeto social BSB Invisível, com o objetivo de atender as demandas por educação das crianças presentes na ocupação durante a pandemia, considerando a impossibilidade material de participação do ensino remoto. Aparentemente depois da construção da Escolinha, a ocupação do CCBB foi ganhando maior visibilidade tanto entre pessoas querendo ajudar a comunidade, quanto entre as autoridades locais. De forma que em 2020, em meio a uma crise sanitária e contrariando a liminar da 8ª Vara da Fazenda Pública do DF que proibiu ordens de reintegração do terreno durante a pandemia, o GDF voltou a promover intervenções violentas na ocupação, derrubando barracos, queimando e molhando pertences dos moradores, etc.

Segundo Andreia e Leila, remoções forçadas como essas sempre foram constantes no contexto de ocupações, no entanto, antes da Escolinha do Cerrado, os ocupantes levantavam seus barracos com o objetivo de se manterem ocultos, escondidos, em ordem de evitar intervenções policiais violentas. Já com o maior acesso a tecnologia e todas suas potencialidades, a intenção passou a ser conquistar o máximo de visibilidade possível para expor o quão violentas eram/são essas intervenções. Por isso, depois das derrubadas, Andreia como liderança optou por

ocupar uma área próxima a L4 sul, no mesmo terreno, só que em frente à Vila Planalto e ao Corpo de Bombeiros, local com grande fluxo de carros.

“Porque, assim, a gente vivia escondido e quando eles vinham derrubar a gente não tinha visibilidade. Ninguém sabia o que que acontecia com o pessoal da ocupação.” (Andreia).

Dessa forma, a possibilidade de utilizar a tecnologia como veículo de denúncia do que acontece na realidade das ocupações é percebida como uma melhoria por ambas as entrevistadas. De fato, a divulgação e viralização dos vídeos permitiu uma maior visibilidade para ocupação, porém a preocupação da sociedade não se mantém por muito tempo, ou seja, depois da primeira onda de ajuda, poucos permanecem verificando em que situação se encontram os moradores.

A partir do diálogo com a comunidade do Sol Nascente foi possível perceber que a relação com a questão da visibilidade se dá de forma muito semelhante no MTST. No DF, diferente de outras regiões, as ocupações são levantadas com o objetivo de atrair a atenção da sociedade, mídia e Estado, visando assim, tanto pressionar por respostas governamentais quanto denunciar propriedades que não cumprem sua função social e expor a situação vivida por famílias sem moradia. Por isso, as ocupações organizadas pelo MTST são sempre acompanhadas por advogados, de forma que antes de ocupar, verifica-se quem tem posse daquele terreno e se ele cumpre com sua função social.

Segundo Homma (2003), nas últimas décadas a caracterização jurídica da propriedade começou a vir associada ao termo função social, retirando-lhe o cunho individualista de “usar, gozar e abusar”. O que significa que mesmo pertencente ao particular, a propriedade deve cumprir com sua função social, cujos critérios para tal são definidos no artigo 186 da Constituição de 1988, prevendo a questão da produtividade, da preservação do meio ambiente, da regularidade das relações de trabalho e da exploração que favoreça o bem estar de proprietários e trabalhadores.

Mesmo assim, no momento de ocupar, o MTST procura, ainda, evitar propriedades privadas, uma vez que, apesar da visibilidade ser ainda maior, a mobilização para remover os ocupantes com ou sem acordo também o é,

principalmente considerando que o Estado ainda se constitui como um defensor ferrenho da propriedade privada. A própria Constituição do país, em um artigo contraditório ao que é previsto no artigo 186, proíbe a desapropriação para fins de reforma agrária à propriedade produtiva. Ou seja, a proibição do artigo 185, II, torna inefetiva a exigência do cumprimento da função social, uma vez que o substitui por um único critério: o da produtividade, conceito abordado de forma extremamente imprecisa na lei (HOMMA, 2003).

Andreia e Leila relataram, inclusive, uma situação em que optaram por ocupar uma propriedade privada no Sol Nascente, um prédio com uma porcentagem dos apartamentos destinados a pessoas na mesma situação que ambas. A ocupação acabou em confusão tanto com os moradores quanto com as autoridades. Segundo elas, apesar do governo alegar que não há mais apartamentos vagos nesse prédio, elas descobriram que haviam nove vazios, cujos beneficiários receberam há três anos e jamais foram morar. Andreia explicou que esses apartamentos disponibilizados pelo governo devem ser ocupados em um prazo de três meses, sob risco de perder a oportunidade caso não o façam, porém como não há fiscalização, na prática os apartamentos ficam ociosos, sem cumprir sua função social. Dessa forma, ela toma uma função que deveria ser do Estado para si, ocupando para denunciar, não para conseguir o apartamento vago para residir, mas sim para que a próxima pessoa da fila possa ocupá-lo conforme seu direito.

Andreia e as demais ocupantes foram removidas o mais rápido possível, sem conquistar nenhum acordo que as beneficiasse. Também não se sabe se a fila para ocupar os apartamentos de fato andou. O que se sabe é que durante essa ocupação elas foram ofendidas de todas as formas possíveis e quase agredidas fisicamente pelos moradores.

“Eles chamam de invasor. Chamam a ocupação de invasão. Mas ocupar é direito e moradia é lei” (Andreia).

Para os leigos, a atitude de Andreia e Leila pode parecer ilegal, mas como Andreia bem pontua ocupar é um direito. Homma (2003), por exemplo, busca em seu texto comprovar tanto a legalidade quanto a legitimidade da desobediência civil como forma de o cidadão manifestar sua discordância quando o poder administrativo central

viola direitos ou instituições reconhecidas na Constituição. A autora argumenta, dessa forma, que é um direito previsto a todos os cidadãos em um Estado democrático. Além disso, no Brasil, desde a Carta de 1934, o constituinte considera os aspectos da coletividade e do interesse social em relação ao direito à propriedade privada, de forma que este não pode ser exercido contra o interesse social ou coletivo, prevendo inclusive a desapropriação por necessidade ou utilidade pública nos termos da lei (DESTEFANI & FABRIZ, 2018).

Apesar do que é previsto na Constituição de 1988, é necessário considerar que vivemos em uma sociedade capitalista, em que o direito à propriedade privada é compreendido como absoluto, por isso ocupar esse tipo de propriedade pode contribuir para os estigmas construídos ao redor dos sem terra e de movimentos como o MTST, estigmas esses que acabam comprometendo a força do movimento, como a ideia de que os 'sem terra' irão invadir casas de cidadãos de bem. Os termos invasor e invasão são pejorativos e preenchem o senso comum, servindo quase como justificativa para manter essas pessoas em condições tão desumanas e precárias, privadas de um direito considerado básico e fundamental como a moradia. Porém, é importante refletir sobre uma questão destacada pela própria Andreia: tal nomenclatura é seletiva, sendo direcionada apenas às classes mais pobres. Diversas áreas consideradas nobres no DF são irregulares, como é o caso do Lago Sul e Lago Norte, no entanto ninguém as define como invasões, tampouco os habitantes sofrem com remoções forçadas.

Como já apontado anteriormente, um imóvel ou terreno que falha em cumprir com sua função social é considerado ocioso e improdutivo, sendo, dessa forma, errado denominar formas de ocupação que reivindicam seu uso social como invasão. O que não impediu, no entanto, a sugestão legislativa de “criminalizar, como terrorismo, invasões e atuações impeditivas dos movimentos sociais, MST e MTST, por invadir propriedade privada e obstruir o direito de ir e vir dos cidadãos de bem” de tramitar como projeto de lei na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) em 2018. Apesar da proposta ter sido rejeitada e arquivada, a consulta computou 521.017 votos a favor e 388.888 contra, se constituindo como a quarta proposta mais popular na história do portal e-Cidadania, instrumento de consulta pública ao Senado,

em que propostas de cidadãos, caso recebam 20 mil apoios, podem ser formalizadas como Sugestões Legislativas e encaminhadas para a CDH (FIGUEIRA, 2020).

Ainda segundo Figueira (2020), buscar classificar ações de movimentos sociais como terrorismo é atitude típica de regimes autoritários, incapazes de conviver com uma oposição democrática. O preconceito e as *fake news* vendem que os movimentos invadem propriedades privadas em situação legal, quando na verdade ocupam imóveis e terrenos abandonados, improdutivos e ociosos. Pelo resultado da consulta pública, parece que tal crença representa a opinião pública, porém é importante considerar que a desigualdade socioeconômica no Brasil também se reflete no ambiente virtual e que os votos computados são apenas de cidadãos com acesso a internet e com cadastro no portal Senado, o que pode certamente ter enviesado o resultado.

No caso da ocupação do CCBB, devido a sua localização privilegiada na Asa Sul da capital, o terreno da Terracap, abandonado há pelo menos 40 anos, chamado por Andreia e Leila de Cerrado, é zona alvo de especulação imobiliária, sendo, dessa forma, reivindicado pelo governo distrital. É impossível para o Estado lucrar em cima dessa propriedade enquanto ela estiver sob domínio de ocupantes. Depois das inúmeras tentativas frustradas de remover os ocupantes, que insistiam em voltar independente da violência sofrida, o Estado ofereceu como alternativa o encaminhamento destes para uma unidade de acolhimento localizada no Guará (SCHWINGEL, 2021). Esta solução, além de não atender as necessidades da população, é, ainda, congruente com um problema antigo do nosso país: a segregação socioespacial, processo consequente à especulação imobiliária, que reserva territórios distintos de sociabilidade para os diferentes segmentos de classes sociais.

A especulação imobiliária, aqui caracterizada como apropriação indevida do território urbano, considerado bem público na perspectiva do direito à cidade, se dá quando o proprietário, aguardando a valorização do imóvel, deixa-o abandonado ou subutilizado, para depois conseguir vendê-lo ou alugá-lo por um valor mais elevado. A valorização do imóvel, geralmente, é consequência de investimentos públicos no território (PAGANI, ALVES & CORDEIRO, 2015).

Dessa forma, ainda segundo Pagani, Alves e Cordeiro (2015), a lógica especulativa desencadeia em uma valorização desigual do solo, o que pode ser observado quando analisamos a política habitacional no Brasil, em que a construção de

moradias populares sempre foi restringida às áreas mais distantes do centro urbano, mesmo existindo áreas mais centrais disponíveis, como é o caso do terreno conhecido como Cerrado, que se constitui como um vazio urbano à espera de valorização proveniente de investimentos públicos. Harvey (1980) pontua em seu texto que, em uma economia capitalista, cujo solo se configura como mercadoria, seu valor pode ser estabelecido a partir de duas dimensões: seu valor de uso e seu valor de troca. Sendo assim, de um lado se encontram aqueles que querem da cidade condições para viver (moradia, lazer, transporte, mercado de trabalho, vida comunitária, etc.), ou seja, que a vêem a partir do seu valor de uso; e do outro lado estão aqueles que enxergam a cidade como fonte de lucro, como valor de troca.

Teoricamente o Estado deveria regular o uso do solo para garantir a apropriação coletiva dos lucros e o interesse público, não permitindo, assim, a existência de imóveis ociosos esperando por valorização. No entanto, na prática, os interesses daqueles que controlam o Estado habitualmente conflitam com os interesses daqueles que enxergam a cidade como valor de uso, não de troca. O Estado Capitalista, dessa forma, atua em defesa da propriedade privada, promovendo ações como as remoções forçadas descritas aqui (PAGANI, ALVES & CORDEIRO, 2015).

A especulação imobiliária, obviamente, jamais é citada em qualquer justificativa oficial, em vez disso se fala inclusive em termos de preservação ambiental, principalmente em ocupações supostamente situadas em áreas de risco ambiental, como foi o caso descrito por Starling (2015) no Aglomerado Santa Lúcia em Belo Horizonte. Apesar do uso reiterado da justificativa de risco geológico e de preservação ambiental para respaldar a necessidade de remoções forçadas em massa nessa localidade, a metodologia de análise utilizada para determinação do risco foi puramente visual, insuficiente para analisar as características estruturais de cada uma das edificações para determinação do risco.

No caso da ocupação do CCBB, o GDF também não hesitou em desmatar a área para deixar as famílias mais expostas, a fim de monitorá-las e a impedi-las de reconstruir seus barracos, como também não hesitaria em desmatar para construir edificações no terreno. Já com os ocupantes, havia uma preocupação com a preservação ambiental da área ocupada, principalmente considerando seu interesse

em construir seus barracos próximos de árvores, pois além de reduzirem os impactos do calor, ainda protegiam as crianças do sol.

“O Cerrado é um terreno da terracap. Um terreno federal, um terreno baldio. Na verdade é um terreno fechado com árvores que a gente ocupa lá dentro sem mexer nas árvores, que a gente ocupa no local que só tem capim. A gente capina aquela parte ali, faz o barraco debaixo dos pé de pequi... Onde tem sombra é um dos local melhor que a gente pega, né, para construir, por causa que quem tem criança não vai construir um barraco no meio do sol.” (Andreia).

Essa preocupação com os impactos ambientais também pode ser observada com a comunidade do Sol Nascente, quando o MTST, no dia 21 de maio de 2022, ocupou com cerca de 800 famílias cadastradas na lista de vulnerabilidade da Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CODHAB) um terreno baldio próximo a Cozinha Solidária. Eles levantaram mais de 500 barracos durante uma das madrugadas mais frias do ano, cobrando uma solução para essas famílias que há anos esperam a entrega de lotes urbanizados pelo governo. Além de não cumprir as promessas feitas ao movimento, o GDF ainda havia realizado no dia anterior um despejo de 27 famílias com desproporcional repressão. Conversando com os coordenadores do movimento na manhã do dia 21 de maio, eles explicaram que geralmente em ocupações como aquela as primeiras construções eram sempre uma cozinha e um banheiro ecológico comunitário. Ao contrário de ocupações com fins de moradia, como no caso da ocupação do CCBB, ocupações de reivindicação como as promovidas pelo MTST são mais organizadas, com algumas regras fundamentais que garantem a preservação do ambiente, como por exemplo a proibição de fogueiras espalhadas pelo terreno. Apenas os coordenadores podiam ascender a fogueira e em um lugar apropriado para tal.

Casos como os descritos demonstram que, em alguns casos, nem as justificativas oficiais disponibilizadas, nem as políticas alternativas oferecidas pelo Estado, em casos de remoções, são alinhadas com a realidade das ocupações e as necessidades dos ocupantes. No caso da ocupação do CCBB, por exemplo, tanto a justificativa de reintegração de posse para as remoções, quanto a primeira alternativa oferecida pelo Estado ter sido o encaminhamento das famílias para um abrigo mais afastado do centro, parecem ter relação estreita com a lógica da especulação

imobiliária e seus inúmeros mecanismos para expulsar os pobres dos centros das cidades.

Quando Andreia nos contou que ela e o resto dos ocupantes recusaram a primeira alternativa oferecida pelo Estado, no entanto, ela sequer mencionou a localização do abrigo. Citando, em vez disso, diversos outros bons motivos para o encaminhamento para abrigos jamais se constituir como uma alternativa: é comum situações de violência sexual, tanto contra mulheres quanto contra crianças; situações de homofobia; insalubridade; abrigamento de mais pessoas do que o espaço comporta; diversos conflitos relacionados a intensa convivência com desconhecidos; falta de privacidade; insegurança; etc.

“A Maiara, mulher do Ibaneis, mostrou esse abrigo para gente. Ela fez questão de gravar um vídeo no jornal mesmo, no jornal da Globo, dela dizendo: ‘Ah, porque nós demos abrigo para eles e eles não quer. Eu vou mostrar para vocês o abrigo como é bom’. Mostrou lá, um lugar que cabe 34 pessoas para colocar 79, entende?” (Andreia).

Segundo Censo da População em Situação de Rua do Distrito Federal, publicado em 2022 pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), há aproximadamente 2,9 mil pessoas morando na rua, sendo apenas cerca de 20% dessa população atendida regularmente por algum serviço de acolhimento. Até agosto de 2021 o DF contava com 16 casas de passagem para adultos e famílias, cuja capacidade, atualmente, não atenderia nem 31% dessa população. Ainda sim, ao apresentar tal situação as matérias jornalísticas enfocam somente na recusa dos ocupantes em se mudarem para as unidades de acolhimento, que além de provisórias carregam inúmeros conflitos; dando a entender que moradia é o que não falta para esse público e que a situação precária em que vivem é por escolha e não por falta de melhores opções.

“Porque ninguém quer abrigo. Nem o pessoal em situação de rua, eles vêm que tem essa opção e eles não quer. Prefere dormir lá debaixo da ponte” (Andreia).

Casas de passagem, uma vez compartilhadas com tantas outras famílias e cheia de normas institucionais, dificilmente se configuram como um lar. Além disso, é

também usada como medida paliativa do governo, ao passo que processos como regulamentações de lotes e/ou residências para esse público são aparentemente ignorados. Enquanto isso as unidades de acolhimento - que deveriam ser provisórias - passam por superlotação e não conseguem atender nem um terço da população em situação de rua.

Depois de recusada a primeira proposta de abrigamento ofertada pelo Estado, as famílias voltaram a construir seus barracos no CCBB, reivindicando alternativas que atendessem melhor suas necessidades. Com isso, o governo ofereceu o pagamento mensal de um auxílio aluguel de R\$600 para as famílias documentadas para que estas abandonassem voluntariamente a ocupação. Vendo suas alternativas minadas e depois de toda a violência sofrida, Andreia, Leila e outras famílias optaram por aceitar a contraproposta do Estado e desocuparam o terreno próximo ao CCBB.

As participantes contam, no entanto, da dificuldade que é viver apenas com esse orçamento, uma vez que o auxílio, além de atrasar, não é suficiente para pagar o valor do aluguel cobrado na região a qual foram encaminhadas, na Vila Planalto. Andreia e Leila estão desempregadas e dependem do auxílio para arcar com outros gastos da casa, como água, energia, alimentação, etc. Mesmo o valor do auxílio sendo insuficiente para arcar com as despesas do barraco na Vila Planalto, existe uma obrigatoriedade implícita que as impedem de procurar outros lugares em que o valor cobrado no aluguel seja menor: há muito tempo as duas são acompanhadas pela unidade do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) localizada no final da L2 Sul.

Segundo o que é previsto pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2009), o CRAS se constitui como a unidade em torno da qual se organizam os serviços de proteção básica, sendo conhecida por ser a porta de entrada para acesso aos serviços socioassistenciais de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Seu pleno funcionamento depende, dessa forma, do diálogo com os elementos fundamentais do SUAS, principalmente considerando seu objetivo: “prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania” (2009, p. 9).

“(...) é o CRAS que atende a gente e aí o que que elas falam? Que se a gente for pro entorno, talvez eles não vão ter a mesma atenção que eles tem com a gente e vão fazer descaso dos nossos processos que ta em andamento (...) Por exemplo, se nós ir pro entorno, vamos dizer assim São Sebastião, ou Itapoa, o CRAS da L2 não pode ajudar a gente por causa que lá tem CRAS. Então Vila Planalto, Telebrasil, Octogonal, Lago Sul, um monte de lugar que não tem CRAS, então é respondido pelo CRAS da L2. Ai elas falaram para gente que se a gente alugasse em outro local, que não fosse aqui, que ia abranger o CRAS da L2, era possível a gente nem receber auxilio porque as mulheres não vão fazer o laudo da gente, como elas já vem acompanhando a gente há muitos anos. (Andreia).

O Distrito Federal possui 27 unidades do CRAS, organizados por áreas de abrangência. Como Andreia citou, o CRAS Brasília, localizado na L2 Sul, abrange Vila Planalto, Lago Sul, Asa Sul, Asa Norte, Vila Telebrasil, Cruzeiro, Setor Sudoeste, Octogonal, Setor de Indústrias Gráficas – SIG (Zona Industrial), Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte – SAAN, Setor Hípico Sul, Setor Noroeste, Setor de Clubes Sul, Setor de Clubes Norte, Setor Policial Sul, Setor Militar Urbano, SOF Norte e SOF Sul.

É importante considerar, no entanto, que esta unidade do CRAS abrange, majoritariamente, áreas mais valorizadas no mercado imobiliário que as demais unidades, uma vez localizadas em cidades satélites, zonas consideradas periféricas. O local onde Andreia e Leila atualmente moram, na Vila Planalto, não possui pavimentação, apenas algumas casas construídas em condições precárias, provavelmente um dos alugueis mais baratos entre as áreas citadas acima e, mesmo assim, por sua localização privilegiada em relação ao centro da cidade, o valor cobrado ainda é mais caro que na Estrutural, por exemplo, cidade citada por Andreia como possibilidade para se morar e distante do centro urbano.

Na fala de Andreia sobre as burocracias para liberação do benefício percebe-se uma política pública aparentemente defasada, que parece ter pouca comunicação entre as unidades, dificultando a situação das famílias, que nesse caso se vêem obrigadas a permanecer naquela região para ter uma mínima garantia de receber seus direitos. Se elas se mudam para um local com aluguel mais barato, acabam por perder o processo já iniciado no CRAS da L2. A impossibilidade de se mudarem para um local mais barato, sob ameaça de perderem o auxílio aluguel caso o fizessem, serve para

demonstrar o quão cruel é um sistema que, depois de repetidamente demolir sua moradia, oferece um auxílio aluguel cujo valor não dá conta das despesas do local onde serão obrigadas a morar. Mais que isso, demonstra a incapacidade das políticas alternativas de moradia em atender as necessidades reais da população usuária.

Andreia e Leila fazem parte do grupo de oito mulheres da ocupação do CCBB que estão habilitadas e cadastradas na fila para receber moradia, no entanto, segundo elas, apenas uma das mulheres conseguiu. A expectativa é que o procedimento seja semelhante com as demais, já que as circunstâncias são praticamente as mesmas. Em nossa experiência com a comunidade do Sol Nascente ouvimos relatos de situações semelhantes à descrita por Andreia e Leila: enquanto algumas pessoas conseguiam a liberação do terreno, outras, em mesmas condições, eram deixadas na expectativa.

Ao longo da nossa experiência em campo, foi possível perceber em diferentes níveis os impactos da angústia referente ao não ter moradia vivenciada por sujeitos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Viver uma situação de constante ameaça a um direito previsto como fundamental, como a moradia, compromete diversos aspectos da vida do sujeito, que acabam por minar suas potencialidades.

#### *4.2.2 Como falar de vínculo e afeto ao lugar sem lugar para morar?*

A partir dos relatos de Andreia e Leila, é possível perceber que ocupantes são como povos nômades, ou seja, não possuem habitação fixa, porém, ao contrário desses povos, essa forma de viver não é exatamente voluntária. Ocupantes, por viverem um contexto caracterizado por seus conflitos, são obrigados a transitar por diversos espaços, o que não impede, no entanto, o processo de apropriação, descrito por Cavalcante e Elias (2017) como forma de dar sentido ao lugar, seja por ação/transformação, seja por identificação simbólica.

Mas que melhor forma de descrever o contexto de ocupação se não por ação/transformação? Ocupar envolve transformar espaços públicos abandonados pelo Estado em moradia, seja de forma provisória, como denúncia e reivindicação de direitos, seja com a intenção de permanecer no espaço o máximo possível. Envolve fazer de um lote ocioso um meio de resistência, ou até um lugar para chamar de casa. Um espaço abandonado, que não cumpria sua função social, pode ser ressignificado como um lugar de movimentos políticos, que carrega luta, esperança e resistência.

A resistência em sair desses espaços, por mais violentos que possam ser, além de contribuir para compreensão dessa capacidade de apropriação, também nos fez, como pesquisadoras, questionar sobre os constructos apego ao lugar e identidade de lugar, descritos por Elali e Medeiros (2011) e Mourão e Cavalcante (2017), respectivamente. Tais constructos são consequência da relação sujeito-ambiente, seja em um espaço de incerteza, seja de segurança. Considerando o apego ao lugar como um conceito que envolve três dimensões (funcional, simbólica e relacional), buscamos categorizar em alguma medida certas experiências das entrevistadas tendo-as como referência.

Em relação a dimensão funcional, referente ao papel do espaço como encorajador ou inibidor de movimentos, vale considerar que as duas estão há anos vivendo como nômades, presas em um ciclo de reconstruir barracos em diferentes terrenos públicos baldios, depois destes serem derrubados em intervenções promovidas pelo Estado. Expostas constantemente a um contexto de extrema insegurança, são pessoas que estão sempre em estado de alerta, "preparadas" para reconstruir suas vidas do zero, batalhando pelo alimento de cada dia. Ou seja, o ambiente - ou a falta dele - influencia diretamente nos movimentos e percursos das ocupantes, de forma que enquanto diversos são inibidos, outros são desenvolvidos, como o movimento de lutar por seus direitos. Andreia repete várias vezes em sua fala sobre como teve que aprender a lutar por seus direitos, como se seu contexto não permitisse que fosse diferente. Esse senso de responsabilidade é atravessado pela maternidade e a necessidade de deixar alguma espécie de garantia e estabilidade para seus filhos.

Já em relação à dimensão simbólica, é importante considerar que em um contexto dotado de instabilidades, os sentidos produzidos são igualmente instáveis. Enquanto socialmente, ocupações como as descritas são associadas em sua maioria a periculosidade, vadiagem, pobreza e drogas, percepções influenciadas em sua maioria por um viés meritocrático; para as entrevistadas, apesar de todas as remoções e violências vividas, a ocupação do CCBB era considerada um lar, principalmente depois da construção da Escolinha do Cerrado. Um barraco, de lona e madeirite, sem luz, sem

água, sem divisão de espaços era considerado um lar ao qual eram apegadas e que tiveram que assistir ser derrubado incontáveis vezes.

“Aquilo ali era nossa casa. Um barraco de tabua construído com uma lona por cima era nossa casa. Era o nosso lar ali. (...) Um lar poderia ser até um lote... Porque nós construímos um barraco e sabia que aquilo ali não ia ser derrubado, que aquilo ali era da gente. Eu mesma posso construir o barraco. Posso construir de alvenaria, ai é meu, ninguém vai me tomar”. (Andreia)

Ambas parecem compreender que tal situação está longe de ser um contexto ideal para se viver, mas em comparação com abrigos ou moradias provisórias, um barraco, para elas, se configura melhor como um lar. Andreia diz não se importar com a qualidade da casa ou o lugar do seu lote, contanto que seja seu, de forma a não precisar pagar mensalmente um valor para morar, sob risco de despejo se não o fizer, nem se preocupar com remoções forçadas mediadas pelo Estado. Percebe-se que o mais relevante para elas se refere a segurança de posse, que significa não ter medo de ver sua casa no chão novamente, ao ponto que questões relacionadas à infraestrutura nem são citadas.

“Às vezes a gente ficava até um tempinho sossegado, mas aí, assim, tem muita gente que vai para trabalhar, mas tem muita gente também que vai para ficar bagunçando.” (Leila).

A dimensão relacional se faz presente de forma mais constante, porém igualmente instável, uma vez que, enquanto alguns compreendem a importância de se unir para lutar, outros só querem fazer o seu. Andreia trouxe em sua fala vários relatos que exemplificam sua frustração para com diversos ocupantes que não pensavam no coletivo, que roubavam dentro da própria ocupação, que não dividiam a comida doada com os demais, etc. A transitoriedade da comunidade de ocupantes não ajuda no desenvolvimento de uma identidade comunitária, de forma que, em diversos casos, aparentemente essa identidade se reduz ao núcleo familiar e as pessoas que agregam ao movimento e à luta. Algo semelhante acontece na comunidade na qual nos inserimos, em que os conflitos giravam em torno do pouco comprometimento e colaboração para com a luta.

Foi possível perceber na fala de ambas que a hostilidade do ambiente atrapalha esse senso de coletividade, mesmo entre pessoas que estão vivendo situação semelhante: a extrema vulnerabilidade faz com que alguns recorram a medidas “extremas”, como furtos e violência, movidos por um instinto de sobrevivência que os impede de pensar em um coletivo. Apesar da possibilidade de encontrar pessoas em quem confiar, não há um senso de coletividade coerente, importante na luta por direitos. Andreia reconhece que alguns dos membros de fato usam drogas, bagunçam e roubam, demonstrando não concordar com tais atitudes, principalmente considerando como elas a impactam indiretamente, uma vez que, em nossa sociedade, todos os ocupantes são tratados sob o mesmo estigma, que associa moradores de rua e ocupantes ao crime e vadiagem, de forma generalizada e indiscriminada.

Além disso, apesar da necessidade de viverem em comunidades para se estabelecerem como ocupações, os ocupantes mudam de localização de forma individual. A composição do grupo, portanto, não se mantém, é transitória.

“Bom, eu quando cheguei a primeira vez foi lá no CCBB. Lá era uma ocupação bem grande, bem grande mesmo quando eu cheguei. Tinha muita gente. Aí vieram e derrubaram aí um dos pessoal foi pro Recanto das Emas, outros foram para ali para Estrutural. Aí foi se espalhando o pessoal, outros foram para outra ocupação. Aí saímos de lá e fomos para o Cruzeiro, para uma ocupação que tinha lá no Cruzeiro. Lá bem em frente onde tem o memorial JK. Aí ficamos um tempo lá, aí derrubaram de novo, aí a gente foi lá para em frente a PGR aí de lá fomos mais para lá para baixo. Aí depois foi assim, fomos só trocando de ocupação. Aí depois vinha pra SEFAZ, aí depois voltamos pro CCBB de novo. Sempre que derrubava a gente ficava só mudando de local. Só indo para lá e para cá.” (Leila).

Viver em comunidade, nesse contexto, se torna mais sobre quantidade que qualidade, uma vez que ao mesmo tempo em que é importante que o indivíduo não ocupe uma área sozinho, até por questões associadas à segurança, não importa exatamente com quem ele vai ocupar, nem se ele vai contribuir ativamente com a luta, apenas ocupar espaço ou prejudicar os demais. É difícil falar em termos de apego ao lugar numa realidade de instabilidade e transitoriedade tão grande como a de moradores de rua e de ocupações. É importante considerar, no entanto, que para além de um apego associado à história que viveram ali, envolvendo afetos conflitantes entre

si, existem, ainda, aspectos políticos que as vincula até hoje à ocupação, uma vez que meramente o ato de estar lá, ocupando, dizia respeito a se manter ativo na luta por moradia. Manterem-se ali significava reivindicar por um direito inerente ao ser humano.

Já em relação ao termo identidade de lugar, descrito por Mourão e Cavalcante como uma subestrutura da identidade pessoal, construída a partir da interação entre sujeito e seu meio físico e social, envolvendo vínculos emocionais e de pertencimento, também é possível identificar aspectos conflitantes na relação tanto de Andreia quanto de Leila com a ocupação do CCBB. Afinal, por que elas insistiam em voltar para um lugar onde haviam sido expostas a tantas diferentes violências, que as desgastaram tanto física quanto mentalmente? Além de removidas violentamente, viveram ainda diversas situações de violências cotidianas, associadas à precariedade de suas moradias, condição financeira e por parte dos próprios ocupantes. Ambas citaram repetidamente em seus discursos a impossibilidade de confiar em certas pessoas dentro da ocupação: como as pessoas agiam apenas segundo seus próprios interesses, sem pensar no coletivo; como muitos ali estavam apenas para ocupar espaço e complementar o grupo em questões meramente numéricas.

Porém, mesmo assim, elas fizeram daquele lugar um lar, identificando-se com ele, enquanto esperavam políticas públicas que de fato atendessem suas necessidades. Cabe, dessa forma, pontuar que pode ser que, assim como Andreia, muitos não hesitariam trocar o contexto de ocupações caso tivessem acesso a uma casa própria com condições mínimas. Como não foram sequer citadas questões relacionadas à distância em relação ao centro, nem à infraestrutura, pode ser que, em um momento emergencial como esse, o que importa mais são, de fato, questões relacionadas à segurança de posse, que provavelmente deveriam ser o foco das políticas alternativas de moradia disponíveis.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de tudo que foi visto até aqui e considerando a situação vivida por Andreia e Leila como semelhante a de diversas outras famílias no DF, cabe voltar a um questionamento inicial apresentado no presente trabalho: por que tal situação ainda assim não se classifica como emergência e desastres? Se compreendemos uma situação de emergência como consequência de um desastre, que pode ter origem antrópica e em que os danos ultrapassam a capacidade de resposta da comunidade, por que não incluir a situação vivida pelos ocupantes nessa classificação?

Mesmo tal situação sendo consequência de um processo de segregação socioespacial, marginalização e estigmatização da população de baixa renda, ou seja, de origem antrópica, ela não pode ser considerada como um desastre, aparentemente porque é compreendida como consequência de uma intervenção promovida pelo Estado. Em nossa opinião, esse argumento faz parecer que o Estado está acima de qualquer lei, por isso apresentaremos aqui alguns dos argumentos que justificam classificar a situação de ocupantes e moradores de rua como emergência e desastre.

É importante considerar, primeiramente, que no caso descrito no presente trabalho, existe um diferencial crucial: a pandemia do COVID-19, que já deveria ser considerada por si só como emergencial. Mesmo com a aprovação de liminares que proibiam remoções forçadas durante a pandemia, inclusive uma específica que protegia a ocupação do CCBB, o GDF optou por ignorá-las, desestabilizando ainda mais as famílias ao deixá-las sem lugar para morar em meio a uma crise sanitária e, consequentemente, econômica. Proteger o direito à moradia durante a pandemia deveria ser uma das prioridades absolutas do Estado, uma vez que sem moradia as pessoas, obviamente, ficam mais expostas ao vírus.

Tal argumento inclui, no entanto, apenas situações de remoções forçadas promovidas durante a pandemia como emergenciais e de desastre. Tendo isso em vista, vale retomar, então, algumas questões já esmiuçadas anteriormente, como o fato do direito à moradia e de ocupar propriedades ociosas ser previsto na própria Constituição. Não ter onde morar deveria, por si só, ser considerado uma situação emergencial e de desastre, portanto incluída nas políticas referentes à, uma vez que os danos inúmeras vezes ultrapassam a capacidade de resposta da comunidade. A própria

Andreia, quando questionada sobre, classificou toda sua vida como uma situação de emergência e desastre, devido às dificuldades inerentes ao não ter onde morar, que minam suas formas de existir no mundo. Para ela, ocupar como forma de lutar por seus direitos foi praticamente uma necessidade imposta pela difícil realidade de quem é negligenciado pelo Estado e sociedade. Ocupar, segundo seu relato, pareceu, algumas vezes, ampliar as possibilidades para sua vida, por isso, Andreia também classificou as remoções forçadas promovidas pelo GDF como desencadeadoras de desastres, principalmente considerando a ilegalidade de tais ações, uma vez que, além de o direito a ocupar ser previsto em lei, existiam, ainda, liminares que proibiam despejos e remoções durante a pandemia e que protegiam a ocupação do CCBB.

Cabe, nesse contexto, sempre questionar o sentido das remoções forçadas como as descritas no presente trabalho. Se ocupar propriedades ociosas, que não cumprem com sua função social, é um direito previsto em nossa Constituição, qual o sentido de intervenções como essas ainda acontecerem? Segundo Gaio (2020), o poder da administração pública deveria, teoricamente, encontrar limites na sua própria finalidade principal, uma vez que esta se refere à concretização dos direitos fundamentais. Na prática, no entanto, é expressivo o número de famílias removidas ou ameaçadas de remoção em virtude de obras públicas, áreas de risco ou proteção ambiental. Restrições ao direito à moradia deveriam ser excepcionais, fundamentadas e devidamente justificadas, o que supostamente incumbe ao estado a responsabilidade de comprovar que utilizou todos os meios apropriados para evitar a remoção e que, uma vez removidas, as famílias tenham onde morar, o que raramente acontece.

Em diversos conflitos fundiários a palavra de ordem é a da remoção, sem que qualquer alternativa seja apresentada e quando o são, não atendem as necessidades da população afetada. Algumas perdas podem ser formalmente compensáveis por indenizações, reassentamentos, ou outras medidas - e dificilmente o são - porém outras perdas, principalmente de caráter simbólico e afetivo, não são nem consideradas. Talvez esses sejam alguns dos fatores que sempre as fazem voltar para o mesmo terreno, apesar das violências vividas e de outras alternativas oferecidas pelo Estado.

A política urbana, nesse sentido, teve pouco avanço, falhando muitas vezes em considerar, também, o elemento básico da moradia, referente ao acesso à terra,

materializado pela segurança de posse do imóvel (GAIO, 2020). Mas e quanto as outras perdas? Não deveriam estas serem incluídas como alvo de intervenções da Psicologia de Emergências e Desastres? Se estar sem moradia por si só não se configura como uma situação de risco, emergência e desastre, talvez ataques diretos a esse direito fundamental, mesmo que promovidos pelo Estado, devessem, na nossa crítica opinião, ser considerados sob tal perspectiva e incluídos, dessa forma, no que é previsto em políticas públicas de Emergência e Desastres.

Mas então, retomando a pergunta que deu título e motivou nosso trabalho, por que mesmo situadas em um contexto de tanto risco, perdas e violências, elas voltam? Por que, mesmo sabendo que seriam removidas de novo e de novo, elas insistem em voltar? Ao longo do texto, buscamos esmiuçar algumas questões que influenciam esse movimento, tanto políticas quanto micropolíticas.

Em relação aos aspectos políticos que possivelmente as mantiveram na ocupação, apesar das violências vividas, cabe citar a importância desse movimento para a luta e reivindicação de seus direitos e as condições precárias e escassas oferecidas pelas políticas públicas em situações emergenciais. Ocupar, nesse contexto, permite visibilidade para denunciar as atrocidades vividas por aqueles que são negligenciados pelo Estado e pressionar as autoridades por respostas que atendam melhor suas necessidades do que as oferecidas. Como já pontuado anteriormente, a primeira alternativa oferecida sempre é o encaminhamento para abrigos, o que nos leva a pensar nas questões micropolíticas que são desconsideradas na elaboração de políticas públicas e que as fazem voltar ao contexto de risco. Questões simbólicas, relacionadas ao vínculo ao lugar, a identidade cultural, social e pessoal. Fora o medo da violência sofrida, a superlotação do espaço e a rigidez das normas institucionais, cabe considerar que os abrigos são, ainda, lugares transitórios, sem resgate algum da construção das identidades sociais e culturais dos sujeitos, não se configuram como um lar.

As políticas públicas alternativas de moradia oferecidas devem considerar a construção de um lugar que preserve, minimamente, um apego aos mosaicos e fragmentos que constituem essas pessoas, as histórias do lugar, as imagens, os objetos. O que seria praticamente impossível em lugares transitórios como abrigos, ou em casas alugadas com um auxílio que possui prazo de validade e que mal consegue pagar as

despesas. Idealmente as políticas públicas de moradia seriam pensadas em termos de segurança de posse, compreendendo-a, no entanto, como insuficiente se não são consideradas as questões simbólicas do morar e questões relacionadas à segregação socioespacial.

## REFERÊNCIAS

ARCARO, Rosevane; GONÇALVES, Teresinha Maria. Identidade de lugar: um estudo sobre um grupo de moradores atingidos por barragens no município de Timbé do Sul, Santa Catarina. **RA´E GA - O espaço geográfico em análise**. Departamento de Geografia – UFPR, Curitiba, v. 25, p. 38-63, 2012.

BARROS, R. B. & PASSOS, E. Diário de bordo de uma viagem-intervenção. In: E. PASSOS, V. KASTRUP & L. ESCÓSSIA (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade** (pp. 173-202). Porto Alegre: Sulina, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil e sobre o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Nacional de Informações sobre Desastres. [S. l.], 24 dez. 2020. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10593.htm#art44](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10593.htm#art44). Acesso em: 5 maio 2021.

BRUCK, Ney Roberto Vátimo. **A Psicologia das Emergências**: Um estudo sobre angústia pública e o dramático cotidiano do trauma. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2007.

CAVALCANTE, Sylvia; ELIAS, Terezinha Façanhas. Apropriação. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI; Gleice Azambuja. (Orgs.). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2011. 218 páginas.

CAVALCANTE, Sylvia; MOURÃO, Ada Raquel Teixeira. Identidade de lugar. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI; Gleice Azambuja. (Orgs.). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2011. 218 páginas.

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS. **Nossa escola é vulnerável? Avaliação de ameaças e riscos estruturais**: Conceitos e Termos de Desastres. s.d. Disponível em: <<http://educacao.cemaden.gov.br/site/activity/NTAwMDAwMDAwNDY=>> Acesso em: 04 de mai.2021.

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS. **Cemaden e IBGE lançam base de dados sobre população exposta em áreas de risco de desastres**. Junho de 2018. Disponível em<<http://www2.cemaden.gov.br/cemaden-e-ibge-lancam-base-de-dados-sobre-populacao-exposta-em-areas-de-risco-de-desastres/>>. Acesso em julho de 2022.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. (1995). **Mil platôs – Capitalismo e esquizofrenia, v. 1**. Rio de Janeiro: Editora 34.

DESTEFANI, Matheus Ferreira; FABRIZ, Daury Cesar. **A função social da propriedade: uma análise a cerca da (des)ocupação da comunidade de Pinheirinho**. Derecho y Cambio Social, Lima-Perú, ano XV, n. 52, p. 1-25, abr. 2018. Disponível em <<http://191.252.194.60:8080/handle/fdv/640>>

ELALI; Gleice Azambuja; MEDEIROS, Samia Thaís Feijó de. Apego ao lugar (Vínculo com o lugar - *Place attachment*). In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI; Gleice A. (Orgs.). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2011. 218 páginas.

FARIAS, Tadeu Mattos. **Afetividade e resistência**: vínculo, transformações socioambientais e oposição capital-lugar na cidade de Galinhos - RN. 2017. 368 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

FELIPPE, Maíra Longhinotti; KUHNEN, Ariane. O apego ao lugar no contexto dos estudos pessoa-ambiente: práticas de pesquisa. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 29, n. 4, p. 609-617, outubro - dezembro 2012.

FIGUEIRA, Monique. (2020). **Invasão ou ocupação? Controvérsias sociotécnicas sobre a função social da propriedade fundiária no Brasil**. En Ciberactivismo, libertad y Derechos Humanos. Retos de la democracia informativa. XI Congreso Internacional ULEPICC (137-160), Sevilla: ULEPICC.

FIGUEROA, Rodrigo A; MARIN, Humberto; GONZÁLEZ, Matías. Apoyo psicológico en desastres: Propuesta de un modelo de atención basado en revisiones sistemáticas y metaanálisis. **Rev. méd. Chile**, Santiago , v. 138, n. 2, p. 143-151, feb. 2010.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

GAIO, Daniel (org). **Remoções forçadas e a administração pública [recurso eletrônico]**. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 2020.

GOMES, R. Análise e interpretação dos dados de pesquisa qualitativa. In: M. C. S. Minayo (Org.) **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade** (pp. 79-108). Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

HOMMA, Cristina Eiko. **Desobediência à lei como forma de concretizar os direitos fundamentais: Ocupações como forma de efetivar o princípio da função social da propriedade**. 2013. 109 pp. (Monografia para graduação em Direito). UFP, Curitiba, setembro de 2003. Disponível em <<https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/49886/M244.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

IBGE. **Em 2010, Brasil tinha 8,3 milhões de pessoas morando em áreas com risco de desastres naturais**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21565-em-2010-brasil-tinha-8-3-milhoes-de-pessoas-morando-em-areas-com-risco-de-desastres-naturais>> Acesso em: 22 mai. 2021.

KIRST, P. G. Redes do Olhar. In: P. G. KIRST & T. M. G. FONSECA (Orgs.). **Cartografias e Devires: A Construção do Presente.** (pp. 43-52). Porto Alegre, Edufrgs, 2003.

LAVILLE, C. & DIONE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: Art Med, 1999.

LIS, Laís. **Déficit habitacional do Brasil cresceu e chegou a 5,876 milhões de moradias em 2019, diz estudo.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/04/deficit-habitacional-do-brasil-cresceu-e-chegou-a-5876-milhoes-de-moradias-em-2019-diz-estudo.ghtml>> Acesso em: 22 mai. 2021.

MAGALHÃES, João Carlos Ramos. Histórico das favelas na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, v. 7, n. 63, p. 40, nov 2010.

MARTINS, J. B. Observação participante: uma abordagem metodológica para a Psicologia escolar. **Semina: Ci. Sociais/Humanas**, n. 17, v. 3, 266-273, 1996

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.** Brasília, 2009. Disponível em <<https://portalidea.com.br/cursos/5b21c4cf5dbb67060b9ac04f43b43ccf.pdf>>

MOSER, Gabriel; Psicologia Ambiental. **Estudos de Psicologia**, Paris, v. 1, n. 3, p. 121-130, 1998.

NEVES, C. E. A. B. Modos de interferir no contemporâneo: um olhar micropolítico. **Arquivos brasileiros de Psicologia**, n. 56, v. 1, 02-20, 2004.

PAGANI, E. B. S.; ALVES, J. M. & CORDEIRO, S. M. A. Segregação socioespacial e especulação imobiliária no espaço urbano. **Argumentum**, [S. l.], v. 7. n. 1, p. 167-183. DOI: 10.18315/argumentum.v7i1.8637. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/8637>. Acesso em: 16 ago. 2022.

PARANÁ, Coordenadoria Estadual da Defesa Civil do. **O que é um desastre? Disponível em:** <<http://www.defesacivil.pr.gov.br/Pagina/O-que-e-um-desastre>> Acesso em: 04 de mai.2021.

PARANHOS, Mariana Esteves; WERLANG, Blanca Susana Guevara. Psicologia nas Emergências: uma nova prática a ser discutida. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 557-571, abril 2015.

PASSOS, E., KASTRUP, V. & ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia. Pesquisa intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

PINHEIRO, José Q. Psicologia Ambiental brasileira no início do século XXI: Sustentável?. In: YAMAMOTO, O. H.; GOUVEIA, V. V. (Orgs.). **Construindo a Psicologia brasileira: desafios da ciência e prática psicológica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 279-313.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental. Transformação contemporânea do desejo**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

SCHWINGEL, Samara. **Pandemia agrava o drama das pessoas que vivem em situação de rua no DF**. Correio Braziliense, 2021. Disponível em <<https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/08/4945007-pandemia-a-grava-o-drama-das-pessoas-que-vivem-em-situacao-de-rua-no-df.html>>. Acesso em julho de 2022.

da SILVA, D. C. Moradia, terra e poder: limites e possibilidades das políticas públicas de habitação. In: SÃO PAULO (Estado), Conselho Regional de Psicologia. **Psicologia e Moradia: múltiplos olhares sobre a questão habitacional**. 1ª ed. São Paulo: CRP 06, 2019. cap. 5, p. 49-65.

SPELLER, G. M. (2005). A importância da vinculação ao lugar. In L. Soczka (Ed.), **Contextos humanos e psicologia ambiental** (pp.133-167). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SPINK, M. J. (2007). Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em Psicologia Social. **Psicologia & Sociedade**, n. 19, v. 1, 7-14, 2007.

STARLING, Paula Miller. **O risco geológico como justificativa para remoções forçadas no Aglomerado Santa Lúcia e na Vila Bandeirantes em Belo Horizonte**. 2015. 132 pp. (Dissertação de Pós-Graduação em Direito) - UFMG, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <[https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-A3XH2N/1/disserta\\_\\_o\\_paula\\_miller\\_starling.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-A3XH2N/1/disserta__o_paula_miller_starling.pdf)>.

## APÊNDICES

### Apêndice 1

#### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

**“Por que eles voltam?” : uma investigação sobre vivências e afetos de pessoas em situação de risco, emergências e desastres**

**Pesquisadoras responsáveis: Elisa de Pennafort Rabelo e Tatiana Freitas Leitão Lima**

**Orientador: Leonardo Cavalcante de Araújo Mello**

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

#### **Natureza e objetivos do estudo**

- O objetivo desse estudo é compreender os sentidos produzidos por pessoas que tem/tiveram vivências em situações de risco social/ambiental, emergências e desastres.
- Você está sendo convidado a participar exatamente por se enquadrar no perfil procurado.

#### **Procedimentos do estudo**

- Sua participação consiste em responder a algumas perguntas em conversa com as pesquisadoras.
- O procedimento é uma entrevista semiestruturada a ser realizada de forma presencial.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.

#### **Riscos e benefícios**

- Este estudo possui baixos riscos.
- Medidas preventivas, como deixar de realizar uma pergunta que gere demasiado incômodo ao participante ou interrupção da entrevista caso o participante não se sinta disposto a continuar, serão tomadas durante a entrevista para minimizar qualquer risco ou incômodo.
- Caso esse procedimento gere algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.
- A sua participação nesta pesquisa poderá impulsionar a criação de estratégias e políticas públicas para esse público.

### **Participação, recusa e direito de se retirar do estudo**

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

### **Confidencialidade**

- Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- Os dados utilizados, como gravação de entrevista e transcrição, ficarão guardados sob a responsabilidade do orientador Leonardo Cavalcante de Araújo Mello e das pesquisadoras Elisa de Pennafort Rabelo e Tatiana Freitas Leitão Lima, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e arquivados por um período de 5 anos; após esse tempo serão destruídos.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Orientador pelo telefone institucional (61) 3966-1201 ou pelo e-mail leonardo.mello@ceub.edu.br . Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, \_\_\_\_\_  
RG \_\_\_\_\_, após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Participante

\_\_\_\_\_  
Leonardo Cavalcante de Araújo Mello

\_\_\_\_\_  
Tatiana Freitas Leitão Lima

\_\_\_\_\_  
Elisa de Pennafort Rabelo

### **Endereço dos(as) responsável(eis) pela pesquisa:**

Instituição: Centro Universitário de Brasília - UniCeub

Endereço: 707/907 - Campus Universitário, SEPN - Asa Norte, Brasília - DF, 70790-075

Telefones p/contato: (61) 3966-1201

## **Apêndice 2**

### **Roteiro de entrevista semiestruturada**

- 1) O que é uma situação de desastre para você? Você acredita ter vivenciado alguma situação assim?
- 2) Como descreveria o significado desse local para você?
- 3) Você acha que esse local foi importante? Ele fez parte da sua história?
- 4) O governo ofereceu alguma medida como alternativa a vivência de situação de risco? Se sim, como você a avalia?
- 5) Como você gostaria que o Estado interviesse?